



SUPERINTENDENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

PORTARIA Nº 002/SUPECOL/PMJP/2026

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a inexistência, no momento, de outros servidores devidamente capacitados para a elaboração de editais e atos correlatos, circunstância que impõe a adoção de medida excepcional, devidamente motivada, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação lotados da SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações.

Art. 2º As atribuições previstas no artigo anterior deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, aos decretos regulamentadores e às normas internas aplicáveis, preservando-se o princípio da segregação de funções.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2026.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 20/01/2026 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2352757** e o código verificador **5444B235**.

Docto ID: 2352757 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO COMPRASNET: 90007/2026)

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA (980005)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5550/2025 - SEMOSP

OBJETO: Registro de Preços visando a Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados (Veículo tipo caminhonete pick-up, trator agrícola de pneus, rolo compactador liso vibratório, pá-carregadeira, rolo compactador vibratório tipo duplo tandem, caminhão automotor trucado, prancha reboque 2 eixos, mini carregadeira sobre rodas, caminhão espargidor, escavadeira, caminhão, cavalo mecânico, caminhão munck e motoniveladora) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **23/02/2026 às 09:30h** (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- Item de Ampla Participação
- Item cota de até 25% destinado à Participação Exclusiva de ME/EPP/EQUIPARADAS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 24.150.733,90 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e trinta e três reais e noventa centavos)

FONTE DE RECURSOS:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

08 020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

20 Agricultura 608 Promoção da Produção Agropecuária

20 608 20 0007 Programa Infraestrutura Rural

608 20 0007 2065 Constr. Manut.Recup.de Drenagem e Paviment.Estradas Vicinais

608 20 0007 2065 0001 Constr. Manut.Recup. Drenag. Pavim. Estradas Vicinais - Convênio FITHA

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00

2028.1.701 002.401 Convênio Estadual FITHA 10.000,00

TOTAL ORÇAMENTARIO 10.000,00

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150- Telefone/WhatsApp: **(0xx) 69-99975-2759** – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná-RO, 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN GABRIEL RESENDE MATIAS
Pregoeiro/Agente de Contratações
Decreto Nº 2465/GAB/PMJP/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(CADASTRO COMPRASNET: 90007/2026)

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na **forma eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1.385/2023, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-5550/2025 – SEMOSP

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 de fevereiro de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

1. DO OBJETO

1.1. *Registro de Preços visando a Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados (Veículo tipo caminhonete pick-up, trator agrícola de pneus, rolo compactador liso vibratório, pá-carregadeira, rolo compactador vibratório tipo duplo tandem, caminhão automotor trucado, prancha reboque 2 eixos, mini carregadeira sobre rodas, caminhão espargidor, escavadeira, caminhão, cavalo mecânico, caminhão munck e motoniveladora) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.*

1.2. *A licitação será realizada em 14 (quatorze) itens, conforme tabela constante do ANEXO II (Modelo de Proposta), elaborado com base no ANEXO I (Termo de Referência), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.3. Os itens 1 a 6 e 8 a 14 são destinados para AMPLA PARTICIPAÇÃO.

1.4. O item 7 é COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP.

1.5. O ITEM 7 está como aberto no sistema ComprasGov para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.

1.6. A análise sobre o parcelamento da contratação levou em consideração critérios técnicos, operacionais e econômicos, buscando assegurar o equilíbrio entre a economicidade, a eficiência e a competitividade do processo licitatório, sem comprometer a execução contínua das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

O objeto a ser contratado envolve diferentes categorias de bens desde veículos leves de apoio até máquinas pesadas de grande porte, cada qual com finalidades e especificações distintas. Essa diversidade torna tecnicamente viável e operacionalmente recomendável o parcelamento em itens e em grupos de itens com características e aplicações semelhantes, organizados por tipologia e porte, tais como:

- Veículos leves e de apoio operacional;
- Máquinas e equipamentos pesados de médio porte;
- Máquinas e equipamentos pesados de grande porte.

Essa segmentação favorece a participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, estimula a competitividade, possibilita maior número de licitantes e, conseqüentemente, pode gerar preços mais vantajosos para o município. Além disso, permite melhor planejamento logístico, tanto para a entrega quanto para a implementação e manutenção dos bens, de acordo com a rotina operacional da SEMOSP.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Para esse fim, deverá a empresa apresentar a declaração do **Anexo III – A do Edital**.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4.pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

3.6.5.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6.empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7.pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8.agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9.Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10.Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) **desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.6 deste edital.**

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

12.4.1. Para as infrações previstas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas **nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

- 14.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**
- 14.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);**
- 14.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;**
 - 14.11.3.1. ANEXO III – A e B – Modelo de Declaração**
- 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;**
- 14.11.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná-RO, 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN GABRIEL RESENDE MATIAS

Pregoeiro/Agente de Contratações

Decreto Nº 2465/GAB/PMJP/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão o Registro de Preços visando a **Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados (Veículo tipo caminhonete pick-up, trator agrícola de pneus, rolo compactador liso vibratório, pá-carregadeira, rolo compactador vibratório tipo duplo tandem, caminhão automotor trucado, prancha reboque 2 eixos, mini carregadeira sobre rodas, caminhão espargidor, escavadeira, caminhão e cavalo mecânico)** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

1.2. A aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados visando a reforçar e modernizar o parque de veículos, máquinas e equipamentos pesados, de forma a assegurar a execução eficiente e contínua das atividades de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ji-Paraná-RO, será realizada mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo menor preço, em cumprimento ao disposto do Decreto Municipal nº 1385, de 11 de março de 2024, com base no Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

1.3. Especificações Técnicas:

Item	Descrição	Quant.	Und	Valor Estimado Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	VEICULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP VEICULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP, novo, 0 km (zero quilometro), na cor BRANCA; Cabine Dupla; 04 (quatro) portas, ano de fabricação 2024 ou superior; Carroceria em lâmina de aço medindo no mínimo 1450mm(C) x 1450mm (L) x 450mm (A), com capacidade de c	2	UN	R\$ 309.500,00	R\$ 619.000,00
2	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, novo-zero hora de funcionamento/zero KM rodados, preferencialmente de procedencia nacional, modelo do ano da aquisição, com as especificações mínimas a seguir: equipado com motor diesel; medidor de horas	2	UN	R\$ 309.000,00	R\$ 618.000,00

	trabalhadas; potencia mínima de 90CV; Tração 4x4; eixo traseiro com sistema de bloqueio do diferencial; tomada de potência				
3	ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATORIO . ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATORIO, ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO PE DE CARNEIRO, de fabricação nacional, novo, ano de fabricação 2024 ou superior, gabinado com ar condicionado, ROPS/FOPS; motor Cummins QSB4.5, 4tempos, Tier 3/MAR-I t	3	UN	R\$ 607.000,00	R\$ 1.821.000,00
4	PA-CARREGADEIRA SOBRE RODAS PA-CARREGADEIRA SOBRE RODAS; nova, preferencialmente de procedência nacional modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: motor a diesel; tração 4x4; turbo alimentado; injeção eletrônica. Potência mínima de 115HP; transmissão automática com quatro velocidades a frente e três a ré; medidor de horas trabalhadas. Freios a disco em banho de óleo ou a Ar;	3	UN	R\$ 560.000,00	R\$ 1.680.000,00
5	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TIPO DUPLO TANDEM ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TIPO DUPLO TANDEM; Novo, zero hora, ano e modelo ano de fabricação 2024 ou superior. Fabricação Nacional. Dimensões: Peso operacional máximo de 10.500,00 kg rolo de vibração na frente e atras. Reservatório borrifador de a	3	UN	R\$ 728.983,00	R\$ 2.186.949,00
6	. VEICULO TIPO CAMINHAO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE . VEICULO TIPO CAMINHAO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE: Novo, preferencialmente de	9	UN	R\$ 721.950,00	R\$ 6.497.550,00

	procedência nacional, modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: cor branca; motor diesel turbo com injeção eletrônica; de 06 cilindros; potência mínima de 230cv; transmissão com caixa de marchas com 08 marchas avante e 01 a ré; tração 6x4; direção hidráulica; PBT				
7	PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS: Capacidade Mínima 27 toneladas; Dimensões Comprimento: 12.650mm, Largura: 3.020 mm Chassi, Longarinas em aço 5/8" estrutura perfil " I". Travessas em aço 1/4" perfil " I" transpassando a alma das	3	UN	R\$ 213.800,00	R\$ 641.400,00
8	MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS: Nova, preferencialmente de procedência nacional, modelo ano de fabricação: corrente ou posterior; com as especificações mínimas a seguir: com no mínimo (02) velocidades; motor a diesel; potência mínima de 59HP; cabine fechada (ROPS/FOPS)	2	UN	R\$ 662.000,00	R\$ 1.324.000,00
9	CAMINHAO ESPARGIDOR . CAMINHAO ESPARGIDOR, Novo, ano de fabricação 2024 ou superior; com as especificações mínimas a seguir: Cabine Metálica Avançada, Motor Turbo Intercooler, 4 cilindros, potencia: 170 CV, número de marchas 5 à frente e uma a Ré, entre eixo 4700, capacidade tanque combustível 250 litros, tração 4 X 2, PBT homologado de 15.000 kg, equipado com espargidor de asfalto, hidrostático, com as seguintes características: Capacidade para 6.000 litros: Tanque elíptico construído em chapa	3	UN	R\$ 987.499,00	R\$ 2.962.497,00
10	ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM POTENCIA BRUTA DE 181	2	UN	R\$ 999.000,00	R\$ 1.998.000,00

	HP, Escavadeira hidráulica com potência bruta de 181 HP, nova, ano de fabricação: corrente ou posterior; motor à diesel, que atenda as exigências mar 1/tier iii, turboalimentado, peso operacional mínimo de 22.100kg, motor hidráulico com duas bombas, pistões axiais de deslocamento variável, motor de giro				
11	VEICULO TIPO CAMINHAO MUNCK COM PLATAFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO Veiculo tipo caminhão Munck com plataforma fixa com rampa de acesso, com as seguintes especificações mínimas: 0 km (zero quilometro) ano de fabricação 2024 ou superior, com branca, ar-condicionado, vidros elétricos, farol de neblina, radio com CD	2	UN	R\$ 2.397.100,00	R\$ 4.794.200,00
12	CAMINHAO TIPO CAVALO MECANICO: COM AS SEGUINTE CAMINHAO TIPO CAVALO MECANICO: com as seguintes características; novo, zero quilômetros, preferencialmente de fabricação nacional, com ano/modelo de fabricação equivalente ao ano da aquisição, equipado com ar condicionado; com, no mínimo, PBTC de	1	UND	R\$1.096.553,34	R\$ 1.096.553,34
13	MOTONIVELADORA Motoniveladora nova, Cabine fechada posicionada no chassi traseiro, ar condicionado, monitoramento eletrônico de códigos de falha e indicadores de capacidades, Turbo Diesel de potência variável, 6 cilindro injeção direta de gerenciamento eletrônico, com potência variável líquida 178/190/205 Hp, Torque líquido (Nm) 743/788/832 a 1.500 Rpm Transmissão:	2	UND	R\$ 917.450,00	R\$ 1.834.900,00

Powershift com conversor de torque equipado com lock-up. Controle eletrônico com 6 velocidades à frente e 3 à ré. Proteção contra				
				VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 28.074.049,34

1.4. Através do procedimento licitatório, selecionar empresa que atue no ramo de fornecimentos de Veículos automotores, Equipamentos e Máquinas Pesadas, visando reforçar e modernizar o parque de veículos e maquinários, de forma a assegurar a execução eficiente e contínua das atividades de responsabilidade desta Pasta, para Registro de Ata de Preços, para atender A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por um período de 1 (um) ano.

1.5. Prazo de Vigência e Prorrogação Contratual:

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogado por iguais e sucessivos períodos**, até o limite legal, desde que atendidos os requisitos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e observadas as condições de vantajosidade e interesse da Administração.

A licitante vencedora será convocada para **assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contado da data de sua convocação, podendo o prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a pedido justificado da contratada e aceito pela Administração, nos termos do art. 90, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O não comparecimento para assinatura do contrato no prazo fixado, sem justificativa aceita pela Administração, acarretará a aplicação das penalidades cabíveis, inclusive a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na legislação vigente.

2. DESCRIÇÃO COMO UM TODO

2.1. A solução proposta consiste na implementação de um modelo de fornecimento planejado de veículos, máquinas e equipamentos pesados, com aquisição por meio de procedimento licitatório na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP) e consequente formalização de Ata de Registro de Preços (ARP). Essa estrutura permitirá que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) disponha, de forma contínua e conforme a demanda, de recursos operacionais capazes de atender às necessidades de manutenção e ampliação da malha viária urbana e rural, execução de obras públicas e prestação de serviços de infraestrutura essenciais ao município.

A contratação abrangerá equipamentos indispensáveis para todas as etapas de intervenção viária e de obras correlatas desde a preparação de subleito e base, terraplanagem e drenagem, até a aplicação e compactação de revestimento asfáltico, além do transporte de insumos, movimentação de cargas pesadas e manutenção de áreas urbanas e rurais. O dimensionamento da frota foi estabelecido de forma a permitir o funcionamento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho, garantindo resposta ágil a demandas emergenciais e execução de obras planejadas dentro dos prazos definidos.

Do ponto de vista operacional, a solução permitirá a mobilidade estratégica dos equipamentos entre bairros e zonas rurais, assegurando a continuidade dos serviços mesmo diante de variações climáticas ou logísticas. A padronização técnica dos bens adquiridos contribuirá para a simplificação de treinamentos, a otimização da manutenção preventiva e a disponibilidade de peças de reposição no mercado local, reduzindo o tempo de inatividade dos ativos.

Sob a perspectiva econômica e administrativa, o uso do SRP com ARP garante maior previsibilidade de custos, reduz gastos administrativos com processos licitatórios repetidos e possibilita negociações mais vantajosas pela escala global prevista. A aquisição sob demanda evita a imobilização desnecessária de capital em equipamentos ociosos e promove uma gestão mais eficiente do orçamento, permitindo que os recursos sejam alocados conforme a prioridade das intervenções.

Em síntese, a solução integra planejamento, flexibilidade e eficiência, alinhando a disponibilidade de meios operacionais às metas de expansão e manutenção da infraestrutura municipal. Com isso, a SEMOSP estará apta a oferecer serviços mais ágeis, seguros e de qualidade à população, contribuindo para o desenvolvimento urbano e rural de Ji-Paraná e para a valorização do patrimônio público.

3. DA MODALIDADE LICITATÓRIA - PREGÃO

3.1. Considerando que o objeto licitatório é de natureza comum, segundo a Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 6º, inciso XLI, bens e serviços comuns são aqueles que podem ser adquiridos por qualquer órgão ou entidade da administração pública, sem necessidade de especificações técnicas detalhadas. Ou seja, são itens ou serviços padronizados, que atendem às necessidades gerais e que estão disponíveis no mercado de forma comum, sem particularidades que exijam uma especificação técnica diferenciada. Essa definição ajuda a facilitar processos de compra e contratação, promovendo maior eficiência e transparência na administração pública:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

3.2 Considerando que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades. Segundo o conceito do jurista Hely Lopes Meirelles (2011), o Sistema de Registro de Preços (SRP):

“conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Registro de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período de tempo, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantias solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação (p. 357).”

3.3. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bens por meio da compatibilização entre os princípios da legalidade e da eficiência.

3.4. Com base no Decreto Municipal n. 1385, de 11 de março de 2024 que regulamenta Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ji-Paraná, Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021 elaboramos o presente Termo de Referência, buscando dar continuidade às atividades desenvolvidas na Administração Pública Municipal, através de Ata de Registro de Preços;

3.5. As vantagens proporcionadas pelo sistema de registro de preços, em síntese, são a otimização dos processos de compras e maior flexibilidade nas aquisições, permitindo a compra ou a prestação do serviço no quantitativo exato e necessário para atender as necessidades do Município, reduzindo assim o desperdício de tempo e mão de obra, quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações e realizações dos serviços desejados. Desta forma, o Sistema de Registro de Preços é o procedimento adequado para futura e eventual aquisição.

3.6. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:

- necessidade de contratações frequentes e eventuais;
- haver previsão de aquisições frequentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de reposição dos materiais;
- da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pelo (s) órgão (s) participantes em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias;

- não há possibilidade de estocagem total do material a ser adquirido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;
- objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício;
- Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada.

3.7 Caracteriza-se o referido sistema pelo registro de preços unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

3.8 A vigência do Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município - DOM, **podendo ser prorrogado por igual período**, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n. 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal n. 1385/2024;

Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

3.9. O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras para a execução dos contratos, incluindo detalhes sobre a fiscalização, o acompanhamento e a gestão dos contratos administrativos. Além disso, o artigo reforça a importância de garantir a transparência, a eficiência e a legalidade durante toda a fase de execução, permitindo que, **ao prorrogar o prazo de validade da ata por até 1 ano, as quantidades registradas também possam ser renovadas**. Isso significa que, durante esse período de prorrogação, a administração pública pode solicitar a aquisição de novas quantidades, dentro dos limites estabelecidos na ata original, sem a necessidade de realizar uma nova licitação. Essa medida visa proporcionar maior flexibilidade e eficiência na gestão de compras públicas, garantindo que as necessidades continuem sendo atendidas de forma ágil e econômica. É importante destacar que essa prorrogação e renovação devem ser devidamente justificadas e autorizadas, sempre com transparência e observando os princípios que regem a administração pública.

3.10. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

3.11. Durante a vigência da Ata, havendo interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP na aquisição com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.

3.12. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega dos materiais, conforme nota de empenho e/ou requisição emitida por esta Secretaria, ao preço registrado na Ata.

4. DA JUSTIFICATIVA:

4.1 Considerando o [Estudo Técnico 28 de 16/12/2025 \(ID 2289325\)](#), faz-se necessário a abertura de processo administrativo para Aquisição de aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados, visando reforçar e modernizar o parque de veículos e maquinários, de forma a assegurar a execução eficiente e contínua das atividades de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ji-Paraná-RO.

4.2. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) identificou a necessidade de reforçar e modernizar seu parque de veículos, máquinas e equipamentos pesados, de forma a assegurar a execução eficiente e contínua das atividades que lhe competem. A realidade atual demonstra que parte significativa da malha viária urbana permanece sem pavimentação e que as estradas vicinais, essenciais para o escoamento da produção agrícola e para o deslocamento da população rural, demandam intervenções frequentes de recuperação e manutenção. A insuficiência e o desgaste dos equipamentos disponíveis comprometem diretamente a capacidade operacional da Secretaria, resultando em maior tempo de resposta às demandas, elevação dos custos com manutenção corretiva e, consequentemente, redução da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

4.3. Do ponto de vista do interesse público, a contratação se torna imprescindível para garantir que obras de pavimentação, drenagem, terraplanagem e conservação de vias sejam executadas com qualidade técnica e dentro de prazos adequados. Equipamentos modernos e em perfeito estado de funcionamento ampliam a produtividade das equipes, aumentam a segurança dos trabalhadores e reduzem a necessidade de intervenções emergenciais, que costumam gerar custos mais elevados e menor previsibilidade orçamentária. Além disso, a renovação e ampliação do maquinário fortalecem a capacidade da administração municipal de planejar e executar intervenções estruturantes de forma autônoma, sem depender excessivamente de locações temporárias ou de recursos de terceiros.

4.4. A presente demanda, portanto, não se limita à aquisição de bens, mas constitui um investimento estratégico em infraestrutura pública, com reflexos diretos na mobilidade urbana, no desenvolvimento econômico local e na qualidade de vida da população. Ao garantir que a SEMOSP disponha dos meios adequados para cumprir sua função, o município reafirma seu compromisso com a prestação de serviços públicos eficientes, sustentáveis e alinhados às necessidades reais da comunidade.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Exercício 2025, abaixo discriminado:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
02 PODER EXECUTIVO
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS
08 020802 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
20 Agricultura 608 Promoção da Produção Agropecuária
20 608 20 0007 Programa Infraestrutura Rural
608 20 0007 2065 Constr. Manut.Recup.de Drenagem e Paviment.Estradas Vicinais
608 20 0007 2065 0001 Constr. Manut.Recup. Drenag. Pavim. Estradas Vicinais - Convênio FITHA
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
2028.1.701 002.401 Convênio Estadual FITHA 10.000,00
TOTAL ORÇAMENTARIO 10.000,00

6 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

6.1. As especificações técnicas e os quantitativos dos bens a serem adquiridos, encontram-se devidamente detalhados na [DFD - Formalização de Demanda 44 de 07/11/2025 \(ID 2297023\)](#), bem como no [Estudo Técnico 28 de 16/12/2025 \(ID 2289325\)](#), apêndice deste [Termo de Referência 33 de 16/12/2025 \(ID 2289340\)](#), e [Solicitação de Compra - Aquisição de Material 2243 de 18/12/2025 \(ID 2300994\)](#).

6.2. Para o pleno atendimento ao interesse público e à finalidade da contratação, a solução demandada deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

6.3 A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após notificação, quaisquer equipamentos recusados, sendo que o recebimento provisório não implicará aceitação definitiva.

6.4 Os bens deverão ser apresentados com informações claras, precisas e ostensivas em língua portuguesa sobre suas características, marca, modelo, procedência, quantidade, qualidade, composição, preço, prazo de validade, origem, e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores competentes. Eventuais modificações nas características técnicas somente poderão ser realizadas mediante justificativa técnica da contratada e prévia aprovação da fiscalização. Os bens a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.

6.5 Todos os bens a serem adquiridos deverão ser novos, (zero km ou zero horas), de primeiro uso e em perfeitas condições de utilização e funcionamento e em total conformidade com as especificações constantes no item 1.3 deste Termo de Referência, identificados conforme descrições constantes neste Termo de Referência quanto ao seu material de fabricação, dimensões, condições de uso e conservação, garantia e registros em órgãos de controle nacional pertinentes quando couber, tudo devidamente detalhado e comprovado através catálogo próprio da fabricante dos produtos não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões exigidos. Todos os bens deverão ser providos com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN, e deverão atender as normas do CONAMA, assim como estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores). No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. A garantia mínima é de 12 (doze) meses. A assistência técnica autorizada pela fabricante e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, de preferência, a assistência técnica autorizada pela fabricante a ser prestada no município de Ji-Paraná/RO.

A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da contratada e aceitação da fiscalização e/ou comissão de recebimento. Após a entrega, os produtos serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e/ou comissão de recebimento designada através de portaria pela Administração do setor competente, com prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência quanto à quantidade, especificação dos itens, marca e documentação fiscal, e definitivamente pela Secretaria, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, desde que estejam em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato.

6.6 Mesmo após o recebimento definitivo, a empresa poderá ser acionada para troca de qualquer item que apresentar defeitos inerentes à qualidade e desempenho, ainda que não tenham sido identificados no momento da conferência, pois há falhas que apenas se revelam durante o uso continuado dos materiais. Todos os produtos bens fornecidos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, e, durante esse período, a contratada deverá substituir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a notificação da contratante, quaisquer itens com defeito, sem ônus adicional. As peças substituídas deverão ser novas, originais, de primeiro uso e com qualidade igual ou superior às originais, abrangendo inclusive a realização de manutenção corretiva, exceto nos casos de mau uso.

6.7. O ano de fabricação dos bens ofertados deve ser do ano mais recente. Só será admitida a oferta do veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº1, de 11/02/1993, nº08/1993, nº17/1195, nº272/2000 e nº242/1998 e legislação superveniente e correlata.

Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), deslocamento, alimentação e hospedagens, e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

Essas especificações técnicas foram definidas com o objetivo de garantir uma contratação que atenda à real necessidade da Administração Pública, promova o uso eficiente dos recursos públicos e incentive práticas sustentáveis, conforme diretrizes legais e normativas em vigor.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Para o pleno atendimento ao interesse público e à finalidade da contratação, a solução demandada deverá observar os seguintes requisitos mínimos relacionados à aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados:
- 7.2. A contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após notificação, quaisquer equipamentos recusados, sendo que o recebimento provisório não implicará aceitação definitiva dos bens.
- 7.3. Todos os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser entregues com informações claras, precisas e ostensivas em língua portuguesa sobre suas características técnicas, marca, modelo, procedência, número de série (quando aplicável), ano de fabricação, quilometragem (quando aplicável), consumo energético ou de combustível, peso operacional, capacidade, desempenho, garantias, e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores e normativos competentes, tais como CONTRAN, INMETRO, IBAMA, ANTT, entre outros. Modificações nas especificações técnicas só poderão ser realizadas mediante justificativa técnica formal da contratada e prévia aprovação da fiscalização.
- 7.4. Todos os itens entregues deverão ser novos, de primeiro uso, sem uso anterior ou recondicionamento, com fabricação recente (máximo de 12 meses antes da data da entrega), e em perfeitas condições de funcionamento, atendendo aos padrões técnicos exigidos. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação justificada da contratada e aceite formal da fiscalização. Os bens serão recebidos provisoriamente no almoxarifado ou setor designado da SEMOSP, com prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência documental, quantitativa e qualitativa, e definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, desde que verificada a conformidade com o Termo de Referência, o edital e o contrato.
- 7.5. Mesmo após o recebimento definitivo, a contratada será responsável por providenciar, sem ônus adicional, a substituição de quaisquer componentes ou equipamentos que apresentem defeitos de fabricação ou falhas operacionais, ainda que não tenham sido identificadas na conferência inicial. Todos os itens fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura para peças, mão de obra e eventuais serviços de manutenção corretiva. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após notificação da contratante. As peças substituídas deverão ser novas, originais de fábrica e de desempenho igual ou superior às originais, sendo vedado o uso de peças recondicionadas, ressalvados os casos de mau uso devidamente comprovado.
- 7.6. Em conformidade com o artigo 225 da Constituição Federal, o Decreto nº 7.746/2012 e os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser observadas diretrizes de sustentabilidade. Sempre que possível, deverão ser priorizados bens que ofereçam menor impacto ambiental, com maior eficiência no uso de combustível, menor emissão de poluentes, uso de tecnologias sustentáveis e origem ambientalmente regular dos insumos. As embalagens dos acessórios ou manuais deverão ser individuais, compactas, com menor volume possível, preferencialmente fabricadas com materiais recicláveis e que assegurem proteção durante transporte e armazenamento.
- 7.7. Os requisitos aqui estabelecidos são indispensáveis para a adequada execução do objeto, a mitigação de riscos à Administração Pública e a garantia da economicidade e eficácia na aplicação dos recursos públicos. A inobservância de qualquer um desses requisitos comprometerá a conformidade da proposta e poderá ensejar sua desclassificação ou rescisão contratual, conforme o caso.

8- DO DETALHAMENTO DOS CUSTOS

- 8.1. Conforme especificado no [Estudo Técnico 28 de 16/12/2025 \(ID 2289325\)](#) consta levantamento de mercado, sendo que os valores constantes se trata de estimativa do valor da contratação conforme preceitua o art.18 inciso VI da Lei nº 14.133/2021, onde a pesquisa de preço será realizada pela Controladoria Geral de Preços - CGP de acordo com o Decreto nº 1127/2024.

8.2. O valor estimado para aquisição dos bens objeto deste Termo de Referência a serem adquiridos é de **R\$ 28.074.049,34 (vinte e oito milhões, setenta e quatro mil, quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)**, conforme cotações prévias realizadas para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) encontra-se em **Anexo** ao processo;

9 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Havendo necessidade de fornecimento de equipamentos com preços registrados, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP de Ji-Paraná/RO realizará a solicitação formal por meio de emissão de Nota de Empenho, indicando a descrição detalhada do item, quantidade, marca e valor correspondente ao preço registrado.

9.2 A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais ficará a cargo de servidores designados da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, observando-se os princípios da legalidade, eficiência e controle administrativo.

9.3 Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situada na R. Dois de Abril, 2221 - Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná - RO, 78960-000, sendo o horário de atendimento de segunda a sexta-feira das 07h 30min às 13h 30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

9.4 Entende-se por entrega completa o conjunto das seguintes ações: transporte, descarregamento, acondicionamento dos produtos no interior da unidade receptora e, quando aplicável, instalação dos equipamentos no local indicado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.

9.5 O prazo máximo para entrega dos equipamentos será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada.

9.6 Constatada a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, a empresa contratada deverá formalizar pedido de prorrogação de prazo de entrega, contendo:

- Justificativa técnica circunstanciada do motivo do impedimento;
- Documentação comprobatória, como carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico, boletim de ocorrência ou documento equivalente;
- Indicação do novo prazo estimado para a entrega.

9.7 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP com base na legislação vigente e nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, sendo a contratada formalmente comunicada da decisão.

9.8 Caso o pedido de prorrogação seja indeferido, ou a empresa não cumpra o prazo inicialmente estabelecido, estará sujeita à aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

9.9 O recebimento dos equipamentos será de responsabilidade da fiscalização e/ou comissão de recebimento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Ji-Paraná, mediante verificação das condições de fornecimento.

9.10 O recebimento ocorrerá no ato da entrega ou no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis subsequentes, sendo observadas as seguintes exigências:

- Equipamentos novo, sem uso (zero km) original de fábrica, com identificação clara de marca, modelo e especificações técnicas de acordo exigências;
- Acessórios e itens equipados dos veículos e máquinas equipamentos ausência de avarias;
- Conferência da quantidade entregue em relação ao solicitado;
- Apresentação da documentação fiscal (nota fiscal), com identificação da contratada, do órgão comprador, descrição do item, quantidade e valores unitário e total;

- Correspondência exata entre os itens constantes na nota fiscal e os especificados na Nota de Empenho ou proposta da empresa;
- Conformidade técnica dos equipamentos com as especificações constantes deste Termo de Referência.

9.11 Atendidas todas as condições estabelecidas, o recebimento será formalizado por meio de atestação no verso da Nota Fiscal ou em documento próprio.

9.12 O atestado de recebimento emitido no canhoto da nota fiscal, ou em documento similar, não configura o recebimento definitivo, ficando este condicionado à verificação completa das condições técnicas, funcionais e documentais.

9.13 Constatada qualquer não conformidade ou irregularidade no fornecimento, será lavrado registro formal do ocorrido, e a contratada será notificada para proceder à devida correção ou substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

9.14 Ao prazo estabelecido aplica-se, no que couber, o disposto nas cláusulas 7.5 a 7.7 deste Capítulo.

9.15 A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP reserva-se o direito de recusar equipamentos cuja qualidade seja comprovadamente inferior ou incompatível com as especificações técnicas exigidas, resguardando-se os direitos legais de exigir a substituição imediata ou aplicação de penalidades, conforme o caso.

10- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, instalação, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes carrego e descarrego decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP de Ji-Paraná.

10.2 Fornecer os equipamentos solicitado(s), na quantidade definida no(s) pedido(s) a ser(em) emitido(s) pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP pelos preços registrados e nas condições contidas no Termo de Referência, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

10.3 Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes, necessários à boa e perfeita execução do objeto desta Ata, cumprindo durante sua validade todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e em vigor, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa; Manter, durante todo o período de vigência da ATA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprovando-as a qualquer tempo, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;

10.4 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP;

10.5 Executar fielmente as condições de fornecimento objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução das obrigações dela resultantes, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

10.6 Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de *e-mail* sempre que houver alterações destes;

10.7 Indicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto (nome, RG e CPF), por escrito, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços;

10.8 Comprovar, a cada fatura emitida, a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

10.9 Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

10.10 Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

10.11 A inobservância ao exposto no item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

10.12 Em caso de extravio do produto antes de sua recepção pela contratante, a contratada deverá arcar com todas as despesas;

10.13 Em todo caso de devolução ou extravio dos bens, a contratada será responsável pelo pagamento, fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;

10.14 A contratada deverá comunicar à contratante no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

10.15 A contratada deverá reparar corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto em que se verifique qualquer dano em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

10.16 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição.

10.17 Os equipamentos devem estar acompanhados, ainda, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Requisitar a entrega do(s) produtos(s), conforme sua necessidade e exigir da empresa CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Termo de Referência;

11.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.3 Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

11.4 Aplicar as penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação constante da Ata ou do Termo de Referência;

11.5 Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

11.6 Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11.7 Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:

- Resoluções CONAMA nº1, de 11/02/1993, nº08/1993, nº17/1195, nº272/2000 e nº242/1998 e legislação superveniente e correlata;
- PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores)

11.8 Destinar local e condições apropriados para a guarda e conservação dos bens a serem fornecidos pela CONTRATADA, facultando, após identificação pessoal dos entregadores, acesso ao local sempre que necessário;

11.9 Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

11.10 Verificar se durante a vigência da ata estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;

11.11 Oferecer à CONTRATADA, informações indispensáveis à efetivação dos serviços.

11.12 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável da Contratada;

11.13 Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

12 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1 O controle e a fiscalização da execução decorrente do registro de preços serão realizados com o objetivo de assegurar a conformidade dos materiais entregues, bem como o fiel cumprimento das condições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência e nos instrumentos convocatórios correspondentes.

12.2 A execução será acompanhada por um ou mais servidores designados formalmente pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP de Ji-Paraná/RO, os quais atuarão como fiscais e/ou gestores do contrato, conforme previsto nos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Os agentes designados deverão possuir qualificação compatível com a natureza das atribuições, sendo responsáveis pelo controle técnico, administrativo e operacional da execução contratual, nos termos das normativas internas e da legislação vigente.

12.4 A verificação da conformidade dos materiais e dos serviços prestados deverá considerar os critérios técnicos e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, especificações, prazos de entrega e condições de recebimento.

12.5 Caberá ao(s) fiscal(is) ou gestor(es) registrar formalmente todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual, inclusive inconformidades, adotando as providências necessárias para garantir a regularidade da entrega e a correção tempestiva de falhas.

12.6 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações pactuadas por parte do fornecedor poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no edital de licitação e na Lei nº

14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e rescisão contratual, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

12.7 A gestão e a fiscalização da execução deverão ser realizadas de forma sistemática, contínua e preventiva, observando-se a separação de funções e o volume de trabalho atribuído aos responsáveis, conforme diretrizes de governança contratual estabelecidas pela Administração Pública.

12.8 O(s) fiscal(is) e/ou gestor(es) deverão monitorar constantemente o cumprimento das condições pactuadas, zelando pela manutenção da qualidade dos materiais fornecidos e pela correção de quaisquer irregularidades ou inadequações detectadas durante a execução do objeto.

12.9 A omissão de manifestação por parte da Administração quanto a eventuais falhas ou irregularidades não exime a contratada das responsabilidades assumidas, permanecendo plenamente exigíveis todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

13 - DA GARANTIA

13.1 Este capítulo rege-se pelos princípios e normas estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no que tange à responsabilidade do contratado quanto à qualidade, funcionamento, durabilidade e assistência técnica dos bens fornecidos, sem ônus adicionais para a Administração.

13.2 O período de garantia total dos equipamentos referente a defeitos de fabricação deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento de todos os equipamentos, quando o fabricante não especificar prazo maior, prevalecendo, neste caso, o prazo maior.

13.3 A proponente deverá apresentar junto à proposta declaração de que as peças de reposição estarão disponíveis no mercado nacional de fácil acesso a cada local de entrega dos equipamentos, por um período não inferior a cinco anos, após a descontinuidade da fabricação do equipamento.

13.4 A assistência técnica durante a garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento dos equipamentos provenientes de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o equipamento.

13.5 O atendimento com a devida visita técnica durante o período de garantia deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias após efetuado o chamado, via telefone, em cada um dos locais onde os equipamentos serão instalados. Quando não houver assistência técnica local, o equipamento defeituoso, após contato da CONTRATANTE com a CONTRATADA, será encaminhado à CONTRATADA para as devidas providências, sem ônus para esta Secretaria. Para tanto, a empresa vencedora deverá manter canal de atendimento telefônico, preferencialmente número 0800.

13.6 Os bens deverão ser apresentados com informações claras, precisas e ostensivas em língua portuguesa sobre suas características, marca, modelo, procedência, quantidade, qualidade, composição, preço, prazo de validade, origem, e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores competentes. Eventuais modificações nas características técnicas somente poderão ser realizadas mediante justificativa técnica da contratada e prévia aprovação da fiscalização. Os bens a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.

13.7 Todos os bens a serem adquiridos deverão ser novos, (zero km ou zero horas), de primeiro uso e em perfeitas condições de utilização e funcionamento e em total conformidade com as especificações constantes no item 1.3 deste Termo de Referência, identificados conforme descrições constantes neste Termo de Referência quanto ao seu material de fabricação, dimensões, condições de uso e conservação, garantia e registros em órgãos de controle nacional pertinentes quando couber, tudo

devidamente detalhado e comprovado através catálogo próprio da fabricante dos produtos não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões exigidos. Todos os bens deverão ser providos com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN, e deverão atender as normas do CONAMA, assim como estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores). No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. A garantia mínima é de 12 (doze) meses. A assistência técnica autorizada pela fabricante e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, de preferência, a assistência técnica autorizada pela fabricante a ser prestada no município de Ji-Paraná/RO.

A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da contratada e aceitação da fiscalização e/ou comissão de recebimento. Após a entrega, os produtos serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e/ou comissão de recebimento designada através de portaria pela Administração do setor competente, com prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência quanto à quantidade, especificação dos itens, marca e documentação fiscal, e definitivamente pela Secretaria, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, desde que estejam em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato.

13.8 Mesmo após o recebimento definitivo, a empresa poderá ser acionada para troca de qualquer item que apresentar defeitos inerentes à qualidade e desempenho, ainda que não tenham sido identificados no momento da conferência, pois há falhas que apenas se revelam durante o uso continuado dos materiais. Todos os produtos bens fornecidos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, e, durante esse período, a contratada deverá substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após solicitação da contratante, quaisquer itens com defeito, sem ônus adicional. As peças substituídas deverão ser novas, originais, de primeiro uso e com qualidade igual ou superior às originais, abrangendo inclusive a realização de manutenção corretiva, exceto nos casos de mau uso.

13.9 O fornecedor deverá entregar os bens acompanhados de nota fiscal, contendo, de forma detalhada, a marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, dentro do horário de expediente da administração pública municipal, das 07h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira. A contratada será responsável por quaisquer vícios ou danos relacionados aos produtos fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13, 18 e 26 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), obrigando-se a substituir, corrigir ou reparar, às suas custas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os itens com defeito ou avaria, conforme determinação da Administração.

13.10 O fornecedor deverá atender prontamente a todas as exigências da Administração relacionadas à execução contratual e comunicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as devidas comprovações. Fica vedada a transferência a terceiros, total ou parcial, das obrigações assumidas, bem como a subcontratação de qualquer parte da execução, salvo se expressamente autorizado pela Administração nos termos da legislação vigente.

13.11 A contratada também será responsável por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e demais custos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação contratada. Além disso, a empresa deverá estar regular junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, ao FGTS, à Justiça do Trabalho, e não poderá estar impedida de contratar com a Administração Pública. Será dada prioridade à contratação de fornecedores que comprovem práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

13.12 Serviços extraordinários decorrentes de uso inadequado ou fora das condições especificadas somente poderão ser realizados após apresentação de orçamento específico e aprovação prévia pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP.

13.13 Todas as peças de reposição utilizadas deverão ser novas, originais e genuínas.

13.14 Havendo reincidência de falhas em um mesmo equipamento, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP poderá exigir sua substituição imediata por outro de mesma marca, modelo e especificações.

13.15 Aplicam-se, no que couber, os termos do Código de Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto ou peças, mesmo após a descontinuidade de sua fabricação.

14 - DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e Diário Oficial do Município - DOM, podendo ser prorrogada **por igual período**, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art.22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c art. 12, §1º, do Decreto Municipal nº1385/2024.

Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

14.1.1 O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras para a execução dos contratos, incluindo detalhes sobre a fiscalização, o acompanhamento e a gestão dos contratos administrativos. Além disso, o artigo reforça a importância de garantir a transparência, a eficiência e a legalidade durante toda a fase de execução, permitindo que, **ao prorrogar o prazo de validade da ata por até 1 ano, as quantidades registradas também possam ser renovadas**. Isso significa que, durante esse período de prorrogação, a administração pública pode solicitar a aquisição de novas quantidades, dentro dos limites estabelecidos na ata original, sem a necessidade de realizar uma nova licitação. Essa medida visa proporcionar maior flexibilidade e eficiência na gestão de compras públicas, garantindo que as necessidades continuem sendo atendidas de forma ágil e econômica. É importante destacar que essa prorrogação e renovação devem ser devidamente justificadas e autorizadas, sempre com transparência e observando os princípios que regem a administração pública.

14.2 Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

14.3 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

14.4 A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

14.5 Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

De acordo com o Decreto Municipal n. 1385, art. 26:

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.6 Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.7 O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.8 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

14.10 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

14.12 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

14.13 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

14.14 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

14.15 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.16 O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.17 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.18 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.19 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico e seus anexos**.

14.20 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

14.20.1 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.20.2 A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal.de.Servicos.(ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

14.21 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada justificativa dentro do prazo e que seja aceita pelo Órgão Gerenciador.

14.22 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.23 Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, poderá:

14.24 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.25 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea d do inciso II, e § 6º do Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

15.2. Os preços registrados poderão ser reajustados, para mais ou para menos, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, após decorrido o período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento ou da proposta utilizada na licitação, nos termos do art. 82, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 25, inciso III, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactua.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, em conformidade com o art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 1385/2024.

16.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, prorrogável na forma da legislação vigente, podendo ser utilizada por outros órgãos ou entidades públicas, conforme previsão editalícia.

17 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

17.1. O artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 trata da definição da data-base para a contagem da periodicidade anual do reajuste nos contratos administrativos. Segundo esse dispositivo, a data-base para o reajuste deve ser a data do orçamento, ou seja, a data em que o orçamento foi elaborado ou aprovado. Isso significa que o cálculo do reajuste anual deve considerar essa data como marco de referência, garantindo maior previsibilidade e uniformidade na aplicação dos reajustes ao longo do contrato. Essa orientação ajuda a alinhar os reajustes às condições econômicas e financeiras inicialmente previstas na elaboração do orçamento, promovendo maior transparência e controle na gestão dos contratos públicos.

17.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, conforme orienta a Lei Federal nº. 14.133/21, art. 124.

18. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Conforme os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021)

17.1. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens com características e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação, compreendendo:

Veículos, máquinas e/ou equipamentos pesados;
Em quantitativos semelhantes;

Dentro de prazos e condições análogas.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, minimamente: identificação do contratante, descrição do objeto fornecido, prazo de execução, desempenho da empresa e assinatura do responsável pela emissão.

b) Declaração formal de que os equipamentos e veículos ofertados possuem assistência técnica autorizada no território nacional, preferencialmente no estado ou município contratante.

c) Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, a contar do recebimento definitivo, cobrindo falhas de fabricação ou funcionamento.

d) Catálogos técnicos, manuais ou folhetos contendo as especificações completas dos equipamentos ofertados, em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

17.2. Qualificação Econômico-Financeira

(Conforme art. 69 da Lei nº 14.133/2021)

A qualificação econômico-financeira das licitantes será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com validade não superior a 90 (noventa) dias, salvo se a própria certidão indicar outro prazo.

Em caso de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, será verificado se há plano de recuperação homologado judicialmente, conforme art. 58 da Lei nº 11.101/2005. Caso o plano não tenha sido homologado, a licitante será inabilitada.

b) Demonstrações Contábeis:

Balço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, assinados por contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, elaborados de acordo com as normas da legislação vigente e registrados no Livro Diário.

Para empresas com menos de 2 (dois) anos de constituição, os documentos poderão se limitar ao exercício correspondente à sua existência.

Empresas constituídas no mesmo exercício da licitação deverão apresentar balanço de abertura, podendo substituir as demonstrações exigidas por esse documento.

c) Índices Econômico-Financeiros Mínimos:

Serão aceitas como em boa situação financeira as empresas que apresentarem os seguintes índices superiores a 1 (>1):

Liquidez Geral (LG):

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Liquidez Corrente (LC):

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Solvência Geral (SG):

$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$

Interpretação: Tais índices avaliam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos financeiros, tanto no curto quanto no longo prazo.

A demonstração desses índices poderá ser feita mediante declaração assinada por contador habilitado (CRC ativo), acompanhada das demonstrações contábeis que fundamentam os cálculos.

d) Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo:

Caso qualquer um dos índices exigidos esteja igual ou inferior a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

19 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será permitido nenhum tipo de subcontratação do objeto deste processo.

21 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

21.1. De acordo com o art.40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo.

22 - DA VIGÊNCIA

22.1 Considerando o Decreto Municipal n. 1385, de 11 de março de 2024, no seu artigo 12º, § 1º determina que: o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos., conforme o artigo 84 da Lei n. 14.133 de 2021.

22.2 Os contratos derivados de ata poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsto no At. 107 da Lei federal 14.133/2021.

23 - DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento será efetuado em parcela única mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em 02 (duas) vias pela Contratada, devendo constar no corpo da mesma:

- a descrição do objeto;
- o número do Contrato e número da Conta Bancária da empresa vencedora do certame licitatório.

23.2 No caso de Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela na controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

23.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

23.4 O prazo para pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.

23.5 Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23.6 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser positivas com Efeito de Negativa.

24 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

24.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

24.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

24.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

24.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

24.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

24.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

24.1.5. Fraudar a licitação

24.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

24.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

24.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

24.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

24.2.1. advertência;

24.2.2. multa;

24.2.3. impedimento de licitar e contratar e

24.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

24.4.1. Para as infrações previstas nos itens **24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

24.4.2. Para as infrações previstas nos itens **24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

24.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

24.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

24.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 24.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022.

24.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.14. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

25.1. A gestão do contrato decorrente desta licitação observará as disposições contidas nos artigos 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, e será realizada por servidores formalmente designados pela Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, mediante ato administrativo específico.

25.2. O gestor do contrato, com apoio técnico da equipe de fiscalização, terá como principais atribuições:

- I acompanhar a execução contratual sob os aspectos técnicos, administrativos, legais e operacionais;
- II verificar a conformidade dos veículos, máquinas e equipamentos entregues com as especificações do Termo de Referência, edital, proposta vencedora e demais normas técnicas aplicáveis;
- III manter registros atualizados de todas as ocorrências relevantes durante a execução contratual, especialmente as relacionadas à entrega, funcionamento, desempenho, manutenção e eventuais substituições de itens;
- IV atestar os recebimentos provisórios e definitivos dos bens, observando os prazos e critérios estabelecidos, sendo o pagamento condicionado à conformidade integral com o objeto contratado;
- V zelar pela rastreabilidade dos bens recebidos por meio de registros de número de série, chassi, marca, modelo, ano de fabricação, dados de garantia e eventuais certificados ou laudos técnicos;
- VI comunicar e recomendar, quando necessário, a aplicação de sanções administrativas em casos de inexecução total ou parcial, descumprimento de prazos, entrega de itens divergentes ou com defeitos, conforme previsto na legislação e no contrato;
- VII promover reuniões periódicas com a contratada, se necessário, para alinhamento técnico, acompanhamento da execução e resolução de intercorrências.

25.3. O gerenciamento do contrato será preventivo, contínuo e baseado em evidências, com a emissão de relatórios de fiscalização e demais documentos comprobatórios, de forma a assegurar a rastreabilidade das entregas, a conformidade técnica dos bens fornecidos, a economicidade da execução contratual e a transparência dos atos administrativos.

25.4. O exercício das funções de gestão ou fiscalização do contrato pela Administração não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, regularidade, segurança, garantia e conformidade dos bens fornecidos, bem como pela observância das normas técnicas vigentes.

25.5. Caberá à contratada facilitar o acompanhamento da execução contratual, permitindo o acesso da fiscalização aos documentos, ambientes e bens relacionados ao contrato, inclusive para fins de testes, inspeções, vistorias e eventuais auditorias internas ou externas.

26. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

26.1. A execução do objeto contratual dar-se-á por meio do fornecimento único ou parcelado, conforme cronograma e programação definida pela Administração, dos veículos, máquinas e equipamentos pesados descritos neste Termo de Referência. A aquisição será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecedor, conforme o caso.

26.2. O prazo máximo para entrega dos bens será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que haja justificativa formal da contratada e expressa aceitação da Administração.

26.3. O recebimento dos bens obedecerá às seguintes etapas:

26.4 Todos os bens entregues deverão ser novos, (zero km ou zero horas), de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões de exigidos. Todos os bens deverão ser providos com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. A garantia mínima é de 12 (doze) meses, e a assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no município de Ji-Paraná/RO. A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de 45

(quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada da Contratada e aceitação da Administração. O local de entrega será na Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, situada à Avenida Dois de abril, nº 2221, Bairro Jardim dos Migrantes, cidade de Ji-Paraná-RO, CEP: 79.960-000, ou outro endereço indicado pela Administração.

26.5 Após a entrega, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização e/ou pela Comissão de Recebimento designada através de Portaria pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Em caso de prorrogação do prazo, o recebimento provisório ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis após a entrega dos bens, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização e/ou pela Comissão de Recebimento designada através de Portaria pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Os prazos de recebimento provisório previstas acima serão definidos a partir da entrega dos bens pela Contratada.

26.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, a contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a notificação, quaisquer itens recusados, sendo o recebimento provisório não implicará aceitação definitiva.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, desde que estejam em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato.

26.7. Caso sejam constatadas desconformidades, falhas, avarias, defeitos ou ausência de documentos obrigatórios, a contratada será notificada formalmente para proceder à substituição ou correção dos itens, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

26.8. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização expressa, formal e previamente emitida pela Administração, nos termos do art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. A eventual autorização não eximirá a contratada da responsabilidade integral pela entrega e garantia dos bens.

26.9. A execução do objeto deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, eficácia, economicidade, rastreabilidade, segurança e sustentabilidade, assegurando que os veículos, máquinas e equipamentos fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes, sejam aptos para uso imediato e atendam plenamente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

27 - DA LEGALIDADE

27 .1 A licitação, os Contratos, as Notas de Empenhos de Aquisição e os pagamentos deverão obedecer e cumprir as seguintes legislações:

Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00;
Lei Federal nº 4.320/64;
Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações;
Decreto Municipal nº 1385/24;
Decreto Municipal nº 1384/24;
Decreto Federal nº 11.462/23

28 - CONCLUSÃO

28.1 Diante da necessidade manifesta da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP em garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos por meio da aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados, conclui-se pela viabilidade e conveniência da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

A instrução processual foi pautada na legalidade, economicidade e atendimento ao interesse público, com a devida caracterização da demanda, definição da solução, requisitos da contratação e demais elementos essenciais à elaboração do Termo de Referência, de modo a assegurar **transparência, competitividade, isonomia e gestão eficiente dos recursos públicos**.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo com a deflagração da fase externa da licitação, após aprovação das instâncias competentes, com estrita observância às normas legais e regulamentares aplicáveis.

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Elaborado por:

Jeanne Ojopi Soares
Auxiliar Administrativo - SEMOSP

Aprovo o Presente Termo de Referência, de acordo com o Decreto nº 1384, de 11 de março de 2024:

VALQUÍRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos- Interina
[Decreto 2042 de 09/07/2025 \(ID 1878065\)](#).

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **JEANNE OJOPI SOARES, Auxiliar Administrativo**, em 19/12/2025 às 11:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 19/12/2025 às 12:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2289340** e o código verificador **208EE201**.

Referência: [Processo nº 1-5550/2025](#).

Docto ID: 2289340 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão:	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
Unidade:	Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
Serviço Ou/Aquisição:	Necessidade de aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados (veículo tipo caminhonete pick-up, trator agrícola de pneus, rolo compactador liso vibratório, pá- carregadeira, rolo compactador vibratório tipo duplo tandem, caminhão automotor trucado, prancha reboque 2 eixos, mini carregadeira sobre rodas, caminhão espargidor, escavadeira, caminhão, cavalo mecânico e motoniveladora), para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP
Processo:	1-5550/2025

INTRODUÇÃO

A presente introdução tem por finalidade contextualizar a necessidade de aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, ressaltando a importância estratégica desses bens para o pleno desempenho das atividades institucionais. A execução de obras públicas, a manutenção e ampliação da malha viária urbana e rural, a realização de serviços de drenagem, terraplanagem, transporte e apoio logístico são tarefas que exigem equipamentos modernos, potentes e adequados às diferentes demandas operacionais. A presença de um parque de máquinas atualizado não apenas potencializa a capacidade de resposta às necessidades da população, mas também garante maior produtividade, segurança e qualidade técnica na execução dos trabalhos.

Além de sua função operacional, os equipamentos representam um investimento direto na eficiência da gestão pública. Ao reduzir o tempo de execução das tarefas e minimizar a dependência de manutenções corretivas frequentes, cria-se um ambiente de trabalho mais ágil e previsível, permitindo que os recursos humanos sejam direcionados a atividades estratégicas e que o orçamento municipal seja utilizado de forma mais racional. A ampliação e renovação da frota e do maquinário constituem, portanto, um fator decisivo para assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços essenciais, contribuindo para a infraestrutura urbana e rural e para o desenvolvimento sustentável do município.

Este Estudo Técnico Preliminar, assim, tem como propósito avaliar de forma criteriosa a real necessidade dessa contratação, identificando os desafios enfrentados pela SEMOSP, levantando as alternativas disponíveis no mercado e analisando aquelas que melhor conciliem desempenho operacional, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental. A partir dessa análise, será possível fundamentar a escolha da solução mais adequada para garantir que os serviços públicos de infraestrutura sejam prestados com a qualidade e a eficiência que a população de Ji-Paraná merece.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) identificou a necessidade de reforçar e modernizar seu parque de veículos, máquinas e equipamentos pesados, de forma a assegurar a execução eficiente e contínua das atividades que lhe competem. A realidade atual demonstra que parte significativa da malha viária urbana permanece sem pavimentação e que as estradas vicinais, essenciais para o escoamento da produção agrícola e para o deslocamento da população rural, demandam intervenções frequentes de recuperação e manutenção. A insuficiência e o desgaste dos equipamentos

disponíveis comprometem diretamente a capacidade operacional da Secretaria, resultando em maior tempo de resposta às demandas, elevação dos custos com manutenção corretiva e, conseqüentemente, redução da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Do ponto de vista do interesse público, a contratação se torna imprescindível para garantir que obras de pavimentação, drenagem, terraplanagem e conservação de vias sejam executadas com qualidade técnica e dentro de prazos adequados. Equipamentos modernos e em perfeito estado de funcionamento ampliam a produtividade das equipes, aumentam a segurança dos trabalhadores e reduzem a necessidade de intervenções emergenciais, que costumam gerar custos mais elevados e menor previsibilidade orçamentária. Além disso, a renovação e ampliação do maquinário fortalecem a capacidade da administração municipal de planejar e executar intervenções estruturantes de forma autônoma, sem depender excessivamente de locações temporárias ou de recursos de terceiros.

A presente demanda, portanto, não se limita à aquisição de bens, mas constitui um investimento estratégico em infraestrutura pública, com reflexos diretos na mobilidade urbana, no desenvolvimento econômico local e na qualidade de vida da população. Ao garantir que a SEMOSP disponha dos meios adequados para cumprir sua função, o município reafirma seu compromisso com a prestação de serviços públicos eficientes, sustentáveis e alinhados às necessidades reais da comunidade.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

No interesse de promover a máxima execução respaldada na legislação vigente Nova Lei de Contratos e Licitações nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

Houve a necessidade de elaboração do [DFD - Formalização de Demanda 44 de 07/11/2025 \(ID 2297023\)](#), alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026;

Neste sentido acostado do ato administrativo com a seguinte dotação:

Poder: 02 Poder Executivo

Órgão: 08 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade: 02.08.02. Departamento de Obras e Serviços Públicos

Programa: 0008 ASFALTA JIPA

Proj/Ativ: 1009 Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos

III. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

A presente contratação visa atender à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, observadas as condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento. A aquisição será por meio de Sistema de Registro de Preços, onde os requisitos deverão ser estabelecidos pelo órgão gerenciador no Termo de Referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que os itens ofertados atendam todas as exigências de especificação e atendendo as normativas, que couber. Espera-se que sejam obedecidos em sujeição às normas técnicas, requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

Para o fornecimento dos produtos, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº. 01, de 19 de janeiro de 2010, da

Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SLTI/MPOG e no Decreto nº. 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

Todos os bens entregues deverão ser novos, (zero km ou zero horas), de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões de exigidos. Todos os bens deverão ser providos com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. A garantia mínima é de 12 (doze) meses, e a assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no município de Ji-Paraná/RO. A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada da Contratada e aceitação da Administração. O local de entrega será na Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, situada à Avenida Dois de abril, nº 2221, Bairro Jardim dos Migrantes, cidade de Ji-Paraná-RO, CEP: 79.960-000, ou outro endereço indicado pela Administração.

Após a entrega, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização e/ou pela Comissão de Recebimento designada através de Portaria pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Em caso de prorrogação do prazo, o recebimento provisório ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis após a entrega dos bens, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização e/ou pela Comissão de Recebimento designada através de Portaria pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Os prazos de recebimento provisório previstas acima serão definidos a partir da entrega dos bens pela Contratada.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, a contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a notificação, quaisquer itens recusados, sendo o recebimento provisório não implicará aceitação definitiva.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, desde que estejam em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

O transporte, carga e descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora e devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos bens. Toda as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas e suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

Todo o carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios completos, manuais, em língua portuguesa, e notas fiscais. Deverão ser fornecidos para cada equipamento manuais de operação

dos equipamentos completos com todos os detalhes de funcionamento, ações de manutenções e peças de reposição de forma a perfeita operacionalização.

Todos os bens deverão ser providos com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN, e deverão atender as normas do CONAMA, assim como estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos automotores). No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. A garantia mínima é de 12 (doze) meses. A assistência técnica autorizada pela fabricante e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, de preferência, a assistência técnica autorizada pela fabricante a ser prestada no município de Ji-Paraná/RO.

Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), deslocamento, alimentação e hospedagens, e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

SUBCONTRAÇÃO:

Não será admitida em hipótese alguma a subcontratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Esses requisitos foram definidos com o objetivo de garantir uma contratação que atenda à real necessidade da Administração Pública, promova o uso eficiente dos recursos públicos e incentive práticas sustentáveis, conforme diretrizes legais e normativas em vigor.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE;

A definição das quantidades previstas para esta contratação foi elaborada a partir de um diagnóstico da malha viária e das demandas operacionais do município de Ji-Paraná. O território municipal conta com aproximadamente 700 km de estradas rurais distribuídas em setores estratégicos como Gleba G, Itapirema, Setor das Duzentos e Riachuelo, este último concentrando cerca de 300 km de vias. No perímetro urbano, a área consolidada é de 43,37 km², com uma estimativa de extensão viária total entre 87 km e 175 km, considerando ruas pavimentadas e não pavimentadas. Nos últimos anos, o município avançou com a pavimentação de cerca de 100 km de novas ruas, o que amplia a necessidade de manutenção preventiva e corretiva, além de serviços complementares como drenagem e sinalização. A metodologia para estimar as quantidades necessárias considerou três parâmetros principais:

Cobertura operacional simultânea: dimensionando equipamentos para atender, de forma paralela, múltiplas frentes de serviço em áreas urbanas e rurais;

Produtividade média de cada tipo de máquina: calculada com base no histórico de obras da SEMOSP e em dados técnicos de fabricantes, o que permite relacionar a capacidade diária de operação ao volume total de vias a serem atendidas;

Vida útil e disponibilidade operacional: projetando as demandas de reposição e reserva técnica para evitar paralisações de serviço.

Com base nesses critérios, foi possível calcular a necessidade de veículos, máquinas e implementos que permitam executar, dentro de prazos adequados, serviços de pavimentação, recapeamento, terraplanagem, recuperação de estradas vicinais, transporte de insumos e operação de usinas de asfalto. As memórias de cálculo contemplam o tempo médio de execução por quilômetro, as frequências de

intervenção necessárias ao longo do ano e o dimensionamento mínimo de frota para manter a regularidade dos serviços.

Os quantitativos finais, apresentados na planilha anexa, foram obtidos a partir da consolidação desses estudos, acrescidos de consultas a registros de preços de outros entes públicos e pesquisas de mercado atualizadas. Essa abordagem garante que as estimativas estejam alinhadas à realidade operacional do município e que o investimento seja direcionado de forma precisa, evitando tanto a subcontratação de equipamentos quanto a imobilização excessiva de recursos.

Para a execução de pavimentação (CBUQ, TSD ou PMF) e a recuperação (remendos profundos/superficiais e recomposição de base), o dimensionamento gira em torno de frentes de serviço. Uma frente urbana padrão costuma exigir: abertura e regularização com escavadeira hidráulica, carregamento com pá-carregadeira, transporte com caminhões basculantes, conformação e adensamento de subleito/base com rolo pé-de-carneiro (liso vibratório em solo granular) e acabamento/selagem com rolo tandem em camadas tratadas ou na capa. A emulsão (imprimação ou pintura de ligação) é aplicada com caminhão espargidor; o apoio de mini-carregadeira acelera limpeza, sarjetões, meio-fio e serviços confinados; pick-ups e caminhões-munck fazem suprimentos, sinalização e movimentação de conjuntos (placas, formas, peças de drenagem e pequenas caixas). A prancha reboque (2 eixos) + cavalo mecânico dá a mobilidade estratégica aos rolos e à pá-carregadeira entre canteiros, reduzindo setup e tempo ocioso. Em vias rurais (vicinais), o mesmo arranjo opera em segmentos mais longos, privilegiando produção contínua e janelas de clima.

Tomando como referência as quantidades do seu ETP (ex.: 3 rolos liso vibratórios, 3 rolos tandem, 3 pás-carregadeiras, 9 caminhões basculantes, 3 espargidores, 2 escavadeiras, 2 mini-carregadeiras, 2 pick-ups, 2 caminhões-munck, 3 pranchas e 1 cavalo mecânico, além dos demais veículos), a analogia por frente fica assim: com 3 rolos liso e 3 tandem, você consegue manter até três frentes simultâneas de compactação (cada frente com 1 rolo de estrutura/base + 1 rolo de acabamento), desde que haja abastecimento de mistura e emulsão e que o fluxo de basculantes seja compatível com a produção da usina. Os 9 basculantes distribuem-se tipicamente em três pacotes de 3 caminhões por frente, o que costuma equilibrar carregamento, deslocamento e descarga sem formar filas no ponto de espalhamento. As 3 pás-carregadeiras espelham esse arranjo: uma por frente para alimentação/regularização; as 2 escavadeiras atendem a cortes/localizados, valas e remoção de material deteriorado, alternando entre as frentes conforme o cronograma. Os 3 espargidores permitem manter a cadência de imprimação/pintura em três frentes sem dependência entre elas. As 2 mini-carregadeiras ficam como recurso de alta rotatividade para tapa-buracos, limpeza de caixa e remendos em áreas confinadas, enquanto as 2 pick-ups fazem inspeção, medições, transporte de equipe e materiais leves. Os 2 caminhões-munck resolvem montagem de sinalização pesada, bueiros/galerias pré-moldadas e apoio à oficina de campo. Por fim, as 3 pranchas e o cavalo mecânico viabilizam transferências rápidas de rolos e máquinas entre bairros/trechos, reduzindo tempo morto entre janelas de produção.

Em termos de cadência, uma frente urbana típica de preparo e recuperação profunda pode operar com o ciclo: escavação e retirada de material comprometido (escavadeira + basculantes), conformação e compactação de subleito/base (pá-carregadeira + rolo liso), aplicação de emulsão (espargidor) e, quando houver capa quente/fria, espalhamento e compactação final (tandem). Para remendos superficiais e microrrevestimento, a mini-carregadeira agiliza corte e limpeza, o espargidor aplica a taxa de ligante e o tandem garante textura/fechamento, enquanto os basculantes abastecem mistura fria ou agregados. No meio rural, com trechos longos e menor interferência de tráfego, o mesmo conjunto rende melhor por jornada, desde que a logística de abastecimento (combustível, emulsão, misturas) seja sincronizada.

Com esse parque, a Secretaria consegue manter três frentes completas em ambiente urbano ou duas frentes urbanas + uma frente rural sem gargalo de compactação ou de emulsão. O ponto de atenção é a etapa de lançamento/espalhamento da mistura asfáltica a quente, que, quando feita com vibroacabadora, pode ser própria ou contratada. Como seu elenco não inclui a vibroacabadora, é coerente que a SEMOSP concentre-se no pré-pavimento (subleito/base, drenagem, imprimação/pintura), na logística de transporte e na compactação, deixando o acabamento com CBUQ para execução por terceiros quando necessário sem prejuízo de realizar recuperações com mistura fria/PMF e remendos profundos com os recursos próprios.

Em síntese, as quantidades previstas no estudo compõem um arranjo equilibrado para: (i) preparar base e sub-base com regularidade; (ii) garantir aplicação de ligantes na taxa correta e no tempo certo; (iii) sustentar compactação inicial/intermediária/final com sequência rolo liso rolo tandem em três frentes;

(iv) manter fluxo de insumos com 9 basculantes distribuídos por frente; e (v) dar mobilidade e apoio com pranchas, munck, pick-ups e mini-carregadeiras. Esse encaixe técnico entre quantidade e processo é o que permite transformar o planejamento em produção estável, minimizando ocioso, filas e retrabalho tanto na confecção quanto na recuperação de pavimentos.

Assim os materiais presentes neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), deverão obedecer às especificações técnicas e quantidades descritas na planilha abaixo conforme embasada no texto a cima:

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	113715	083.001.515	VEICULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP VEICULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP, novo, 0 km (zero quilometro), na cor BRANCA; Cabine Dupla; 04 (quatro) portas, ano de fabricação 2024 ou superior; Carroceria em lâmina de aço medindo no mínimo 1450mm(C) x 1450mm (L) x 450mm (A), com capacidade de c	2,00	UN
2	103827	082.001.249	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, novo-zero hora de funcionamento/zero KM rodados, preferencialmente de procedencia nacional, modelo do ano da aquisição, com as especificações mínimas a seguir: equipado com motor diesel; medidor de horas trabalhadas; potencia mínima de 90CV; Tração 4x4; eixo traseiro com sistema de bloqueio do diferencial; tomada de potência	2,00	UN
3	113717	116.001.016	ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATORIO ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO PE DE CARNEIRO, de fabricação nacional, novo, ano de fabricação 2024 ou superior, gabinado com ar condicionado, ROPS/FOPS; motor Cummins QSB4.5, 4tempos, Tier 3/MAR-I t	3,00	UN
4	104010	082.001.252	PA-CARREGADEIRA SOBRE RODAS PA-CARREGADEIRA SOBRE RODAS; nova, preferencialmente de procedência nacional modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: motor a diesel; tração 4x4; turbo alimentado; injeção eletrônica. Potência mínima de 115HP; transmissão automática com quatro velocidades a frente e três a ré; medidor de horas trabalhadas. Freios a disco em banho de óleo ou a Ar;	3,00	UN
5	113719	116.001.018	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TIPO DUPLO TANDEM ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TIPO DUPLO TANDEM; Novo, zero hora, ano e modelo ano de fabricação 2024 ou superior. Fabricação Nacional. Dimensões: Peso operacional máximo de 10.500,00 kg rolo de	3,00	UN

			vibração na frente e atrás. Reservatório borrifador de a		
6	104009	082001.251	VEICULO TIPO CAMINHAO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE . VEICULO TIPO CAMINHAO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE: Novo, preferencialmente de procedência nacional, modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: cor branca; motor diesel turbo com injeção eletrônica; de 06 cilindros; potência mínima de 230cv; transmissão com caixa de marchas com 08 marchas avante e 01 a ré; tração 6x4; direção hidráulica; PBT	9,00	UN
7	113721	116.001.020	PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS: Capacidade Mínima 27 toneladas; Dimensões Comprimento: 12.650mm, Largura: 3.020 mm Chassi, Longarinas em aço 5/8" estrutura perfil " I". Travessas em aço 1/4" perfil " I" transpassando a alma das	3,00	UN
8	116642	116.001.025	MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS: Nova, preferencialmente de procedência nacional, modelo ano de fabricação: corrente ou posterior; com as especificações mínimas a seguir: com no mínimo (02) velocidades; motor a diesel; potência mínima de 59HP; cabine fechada (ROPS/FOPS)	2,00	UN
9	116641	116.001.024	CAMINHAO ESPARGIDOR CAMINHAO ESPARGIDOR, Novo, ano de fabricação 2024 ou superior; com as especificações mínimas a seguir: Cabine Metálica Avançada, Motor Turbo Intercooler, 4 cilindros, potencia: 170 CV, número de marchas 5 à frente e uma a Ré, entre eixo 4700, capacidade tanque combustível 250 litros, tração 4 X 2, PBT homologado de 15.000 kg, equipado com espagidor de asfalto, hidrostático, com as seguintes características: Capacidade para 6.000 litros: Tanque elíptico construído em chapa	3,00	UN
10	116643	116.001.026	ESCAVADEIRA HIDRAULICA com potência bruta de 181 HP, nova, ano de fabricação: corrente ou posterior; motor à diesel, que atenda as exigências mar 1/tier iii, turboalimentado, peso operacional mínimo de 22.100kg, motor hidráulico com duas bombas, pistões axiais de deslocamento variável, motor de giro	2,00	UN
11	113713	087.001.007	VEICULO TIPO CAMINHAO MUNCK COM PLATAFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO Veiculo tipo caminhão Munck com plataforma fixa com rampa de acesso, com as seguintes	2,00	UN

			especificações mínimas: 0 km (zero quilometro) ano de fabricação 2024 ou superior, com branca, ar-condicionado, vidros elétricos, farol de neblina, radio com CD		
12	104008	082.001.250	CAMINHAO TIPO CAVALO MECANICO: COM AS SEGUINTE CAMINHAO TIPO CAVALO MECANICO: com as seguintes características; novo, zero quilômetros, preferencialmente de fabricação nacional, com ano/modelo de fabricação equivalente ao ano da aquisição, equipado com ar condicionado; com, no mínimo, PBTC de	1,00	UND
13	116634	116.001.023	MOTONIVELADORA Motoniveladora nova, Cabine fechada posicionada no chassi traseiro, ar condicionado, monitoramento eletrônico de códigos de falha e indicadores de capacidades, Turbo Diesel de potência variável, 6 cilindro injeção direta de gerenciamento eletrônico, com potência variável líquida 178/190/205 Hp, Torque líquido (Nm) 743/788/832 a 1.500 Rpm Transmissão: Powershift com conversor de torque equipado com lock-up. Controle eletrônico com 6 velocidades à frente e 3 à ré. Proteção contra	2,00	UND

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR;

O levantamento de mercado realizado para este Estudo Técnico Preliminar teve como objetivo identificar as alternativas disponíveis para o atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), de modo a assegurar a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados que atendam às especificações técnicas, aos prazos de execução e à viabilidade orçamentária do município.

A pesquisa incluiu consultas a fornecedores locais e nacionais, análise de atas de registro de preços vigentes de outros entes públicos, verificação de catálogos técnicos, solicitação de cotações e levantamento de contratos anteriores de natureza semelhante. Foram avaliados aspectos como robustez e desempenho dos equipamentos, tempo de entrega, condições de garantia, disponibilidade de peças de reposição, estrutura de assistência técnica e custo total de propriedade (TCO), englobando não apenas o preço de aquisição, mas também despesas com manutenção, operação e logística.

No que se refere às alternativas de atendimento, foram analisadas três possibilidades:

- Aquisição direta integral: viável para garantir a disponibilidade imediata de todo o parque de máquinas, mas considerada economicamente inviável devido ao elevado desembolso inicial, à limitação orçamentária e ao risco de imobilização de equipamentos antes de sua utilização efetiva.
- Locação de equipamentos: apresenta flexibilidade e rapidez para atender demandas pontuais, mas se mostra financeiramente desvantajosa em operações de uso intensivo, já que o custo mensal acumulado supera, no médio e longo prazo, o investimento em aquisição. Além disso, não gera patrimônio para o município e mantém alta dependência de terceiros.
- Aquisição programada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP): alternativa que oferece maior equilíbrio técnico e econômico, permitindo aquisições sob demanda, alinhadas ao

cronograma de obras e à capacidade orçamentária, evitando estoques ociosos e otimizando o uso dos recursos públicos.

Alternativa	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Aquisição Direta Integral	- Disponibilidade imediata de todo o parque de máquinas.- Redução da dependência de terceiros.- Geração de patrimônio para o município.- Possibilidade de iniciar frentes de trabalho simultâneas sem restrição de equipamentos.	- Elevado desembolso orçamentário imediato.- Risco de imobilização de equipamentos sem uso imediato.- Aumento de custos com armazenagem e manutenção preventiva de máquinas paradas.- Menor flexibilidade para adequar aquisições a mudanças no cronograma de obras.
Locação de Equipamentos	- Atendimento rápido a demandas pontuais ou emergenciais.- Sem necessidade de investimento inicial elevado.- Possibilidade de utilizar equipamentos modernos sem imobilização de capital.- Flexibilidade para aumentar ou reduzir a frota conforme necessidade.	- Alto custo recorrente em operações de uso intensivo.- Não gera patrimônio para o município.- Dependência de disponibilidade de equipamentos no mercado.- Menor controle sobre padronização e estado de conservação dos bens.- Risco de indisponibilidade em períodos de alta demanda.
Aquisição Programada via Sistema de Registro de Preços (SRP)	- Aquisições sob demanda, alinhadas ao cronograma de obras.- Desembolso orçamentário parcelado.- Redução de custos administrativos por evitar múltiplas licitações.- Padronização de especificações técnicas.- Possibilidade de obter preços mais competitivos pelo volume global estimado.- Flexibilidade para ajustar compras a alterações na demanda.	- Necessidade de planejamento rigoroso para evitar vencimento da ata sem execução total.- Dependência de fornecedores cumprirem prazos durante a vigência da ata.- Caso mal planejado, risco de frentes de serviço ficarem sem equipamentos disponíveis no momento necessário.

Do ponto de vista técnico, a adoção do SRP com a formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP) proporciona flexibilidade para atender simultaneamente frentes de serviço urbanas e rurais, garantindo que a entrega de cada item ocorra no momento em que for efetivamente necessário. Isso reduz a ociosidade de máquinas, facilita o planejamento logístico e assegura padronização de especificações, o que simplifica treinamentos e manutenção preventiva.

Sob a ótica econômica, a ARP favorece a obtenção de preços mais competitivos pela previsão de volumes totais de aquisição ao longo da vigência, sem a necessidade de repetições licitatórias para cada compra individual. Também diminui custos administrativos, amplia a competitividade com a participação de fornecedores de diversas regiões e possibilita melhor gestão orçamentária, já que os desembolsos ocorrem de forma parcelada conforme a execução dos serviços.

Dessa forma, a análise técnica e econômica realizada indica que a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada para atender às necessidades da SEMOSP, garantindo a disponibilidade de equipamentos modernos e confiáveis, alinhados ao planejamento de obras e manutenção, com otimização do uso dos recursos públicos e manutenção da eficiência operacional.

VI. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO;

A estimativa prévia de valor da contratação é de R\$ **26.239.149,34 (vinte e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)**, foi realizada em conformidade com o inciso II, art.23, da Lei Federal nº 14.133/2021, in verbis:

Art. 23. O valor previamente esmado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP) e ou (banco de preços). II -utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso (app menor preço). III - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (fornecedores locais).

com base na média obtida através de contratações similares e com base em histórico de aquisições em anos anteriores. As Estimativas de valores para a contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais foram obtidos por meio de pesquisa de preços conforme previsto no art. 23 da lei 14.133/0021, através de Cotações ([\(ID 2300905\)](#)), ([\(ID 2300906\)](#)), ([\(ID 2300907\)](#)), ([\(ID 2300908\)](#)),([\(ID 2300909\)](#)), ([\(ID 2300910\)](#)), ([\(ID 2300911\)](#)), ([\(ID 2300912\)](#)),([\(ID 2300913\)](#)), ([\(ID 2300914\)](#)), ([\(ID 2300915\)](#)), ([\(ID 2300916\)](#)), ([\(ID 2300917\)](#)). ANEXO a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Tipo do Equipamento/Máquina	Quantidade Estimada	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Cotação
Veículo tipo caminhonete pick-up	2	309.500,00	619.000,00	(ID 2300905)
Trator agrícola de pneus	2	309.000,00	618.000,00	(ID 2300906)
Rolo compactador liso vibratório	3	607.000,00	1.821.000,00	(ID 2300907)
Pá-carregadeira sobre rodas	3	560.000,00	1.680.000,00	(ID 2300908)
Rolo compactador vibratório tipo duplo tandem	3	728.983,00	2.186.949,00	(ID 2300909)
Veículo tipo caminhão automotor trucado basculante	9	721.950,00	6.497.550,00	(ID 2300910)
Prancha reboque 2 eixos	3	213.800,00	641.400,00	(ID 2300911)
Mini carregadeira sobre rodas	2	662.000,00	1.324.000,00	(ID 2300912)
Caminhão espargidor	3	987.499,00	2.962.497,00	(ID 2300913)
Escavadeira hidráulica com potência bruta de 181 hp	2	999.000,00	1.998.000,00	(ID 2300914)
Veículo tipo caminhão Munck com plataforma fixa com rampa de acesso	2	2.397.100,00	4.794.200,00	(ID 2300915)
Caminhão tipo cavalo mecânico	1	1.096.553,34	1.096.553,24	(ID 2300916)
Motoniveladora nova	2	917.450,00	1.834.900,00	(ID 2300917)
VALOR TOTAL ESTIMADO	-	-	R\$ 28.074.049,34	

(Vinte e oito milhões, setenta e quatro mil, quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO;

A solução proposta consiste na implementação de um modelo de fornecimento planejado de veículos, máquinas e equipamentos pesados, com aquisição por meio de procedimento licitatório na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e consequente formalização de **Ata de Registro de Preços (ARP)**. Essa estrutura permitirá que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) disponha, de forma contínua e conforme a demanda, de recursos operacionais capazes de atender às necessidades de

manutenção e ampliação da malha viária urbana e rural, execução de obras públicas e prestação de serviços de infraestrutura essenciais ao município.

A contratação abrangerá equipamentos indispensáveis para todas as etapas de intervenção viária e de obras correlatas desde a preparação de subleito e base, terraplanagem e drenagem, até a aplicação e compactação de revestimento asfáltico, além do transporte de insumos, movimentação de cargas pesadas e manutenção de áreas urbanas e rurais. O dimensionamento da frota foi estabelecido de forma a permitir o funcionamento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho, garantindo resposta ágil a demandas emergenciais e execução de obras planejadas dentro dos prazos definidos.

Do ponto de vista **operacional**, a solução permitirá a mobilidade estratégica dos equipamentos entre bairros e zonas rurais, assegurando a continuidade dos serviços mesmo diante de variações climáticas ou logísticas. A padronização técnica dos bens adquiridos contribuirá para a simplificação de treinamentos, a otimização da manutenção preventiva e a disponibilidade de peças de reposição no mercado local, reduzindo o tempo de inatividade dos ativos.

Sob a perspectiva **econômica e administrativa**, o uso do SRP com ARP garante maior previsibilidade de custos, reduz gastos administrativos com processos licitatórios repetidos e possibilita negociações mais vantajosas pela escala global prevista. A aquisição sob demanda evita a imobilização desnecessária de capital em equipamentos ociosos e promove uma gestão mais eficiente do orçamento, permitindo que os recursos sejam alocados conforme a prioridade das intervenções.

Em síntese, a solução integra **planejamento, flexibilidade e eficiência**, alinhando a disponibilidade de meios operacionais às metas de expansão e manutenção da infraestrutura municipal. Com isso, a SEMOSP estará apta a oferecer serviços mais ágeis, seguros e de qualidade à população, contribuindo para o desenvolvimento urbano e rural de Ji-Paraná e para a valorização do patrimônio público.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

De acordo com o art.40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes que embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Assim sendo, a administração optou pela possibilidade do parcelamento da solução, sendo dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, garantindo assim a ampla concorrência, tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU.

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

A contratação proposta visa gerar resultados concretos que se traduzam em ganhos de economicidade e no uso mais racional dos recursos disponíveis, assegurando que cada investimento realizado pela Administração Pública produza o máximo de retorno operacional e social possível.

Sob o aspecto **econômico**, a aquisição planejada de veículos, máquinas e equipamentos pesados permitirá reduzir gastos com contratações emergenciais e compras fracionadas, que geralmente apresentam preços unitários mais elevados e menor poder de negociação. A utilização do Sistema de Registro de Preços, aliada a especificações técnicas padronizadas, favorecerá a obtenção de condições mais competitivas, possibilitando a economia de escala. Adicionalmente, a renovação e ampliação do parque de máquinas diminuirá os custos com manutenção corretiva e a substituição de peças em equipamentos obsoletos, estendendo a vida útil dos ativos e reduzindo paralisações não programadas.

No que se refere ao **aproveitamento dos recursos humanos**, a disponibilização de equipamentos modernos, seguros e adequados ao tipo de serviço executado permitirá aumentar a produtividade das equipes, reduzir o esforço físico exigido dos operadores e oferecer melhores condições de trabalho. Isso, por sua vez, contribui para a valorização dos servidores e para a otimização da força de trabalho,

permitindo que o quadro técnico execute um volume maior de serviços em menor tempo, com qualidade superior. A padronização dos modelos adquiridos também simplifica treinamentos e facilita a operação, minimizando a curva de aprendizado e os erros operacionais.

Quanto aos **recursos materiais e financeiros**, a contratação possibilitará um planejamento mais assertivo, evitando desperdícios de insumos e otimizando a logística de distribuição e utilização dos equipamentos em diferentes frentes de serviço. A gestão integrada do parque de máquinas permitirá direcionar rapidamente os recursos para os pontos de maior demanda, assegurando o cumprimento dos cronogramas de obras e manutenção. A redução do tempo de execução dos serviços, somada à menor necessidade de retrabalho, representará economia direta e indireta para o município, potencializando a aplicação do orçamento em outras áreas prioritárias.

Em síntese, os resultados esperados englobam: **redução de custos operacionais, aumento da produtividade das equipes, melhor aproveitamento do maquinário, menor tempo de resposta às demandas e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população**. Esses efeitos, combinados, reforçam o compromisso da SEMOSP com a eficiência administrativa, a boa gestão dos recursos públicos e a melhoria contínua da infraestrutura urbana e rural de Ji-Paraná.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar medidas previstas na legislação federal e nas regulamentações municipais, em especial os Decretos nº 1.384 e nº 1.385, ambos de 2024, que disciplinam a governança nas contratações públicas de Ji-Paraná, a obrigatoriedade do planejamento prévio, a formalização de estudos técnicos e a capacitação das equipes responsáveis pela fiscalização e gestão contratual.

O Decreto nº 1.384, de 11 de março de 2024, estabelece diretrizes para a gestão e governança das contratações, determinando que todo processo esteja alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA), ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Termo de Referência, garantindo integridade, eficiência e conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021. Esse decreto reforça que a estrutura de governança deve prever mecanismos de prevenção de riscos, seleção da proposta mais vantajosa e promoção da competitividade, além de incorporar critérios de sustentabilidade e inovação.

O Decreto nº 1.385, de 11 de março de 2024, por sua vez, regulamenta aspectos operacionais da fase preparatória da contratação, incluindo prazos, fluxos internos e responsabilidades, bem como requisitos formais para a aprovação de documentos técnicos e a designação de gestores e fiscais do contrato. Ele também reforça a necessidade de capacitação específica desses agentes, abordando desde a interpretação do contrato e dos documentos técnicos até a aplicação de sanções e o registro de ocorrências no Sistema de Gestão de Contratos do município.

Dessa forma, previamente à assinatura contratual, deverão ser executadas as seguintes ações:

- Elaboração e validação final do Termo de Referência, com observância às exigências dos Decretos nº 1.384 e nº 1.385;
- Designação formal dos gestores e fiscais do contrato, com publicação em ato administrativo específico;
- Capacitação técnica e jurídica desses agentes, contemplando as normas da Lei nº 14.133/2021, as diretrizes dos decretos municipais e as boas práticas de fiscalização, inspeção e recebimento de bens;
- Organização de fluxos internos e checklists para recebimento provisório e definitivo, registro patrimonial e integração dos bens às frentes de trabalho;
- Planejamento orçamentário e logístico para garantir que, após a entrega, os equipamentos sejam rapidamente operacionalizados.

Com a adoção dessas providências, o município assegura que a execução contratual seja conduzida por servidores aptos, com respaldo normativo sólido e alinhamento aos instrumentos de governança estabelecidos, fortalecendo a segurança jurídica, a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Após análise do planejamento vigente e da programação de obras e serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), **não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes** diretamente vinculadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

A presente demanda tem caráter autônomo e visa exclusivamente à aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados para uso direto nas atividades operacionais da SEMOSP, sem dependência técnica, funcional ou orçamentária de outros contratos em andamento ou previstos.

Ressalta-se, contudo, que, embora não haja interdependência formal, a utilização dos bens adquiridos poderá complementar ações de infraestrutura executadas por outras frentes de trabalho do município, de forma integrada, mas sem vínculo contratual ou condicionante jurídico com outros instrumentos.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS;

A contratação de veículos, máquinas e equipamentos pesados para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) pode gerar impactos ambientais pontuais e indiretos, especialmente relacionados ao uso, armazenamento e descarte de insumos e resíduos provenientes da operação dos bens adquiridos.

1. Emissão de poluentes atmosféricos

Possível impacto: Equipamentos motorizados a combustão, como motosserras, roçadeiras, compactadores e betoneiras, podem emitir gases poluentes, contribuindo para a degradação da qualidade do ar e para o aumento das emissões de carbono.

Medida mitigadora: Priorizar, sempre que tecnicamente viável, a aquisição de equipamentos com motores mais eficientes e menor emissão, preferencialmente com selo de eficiência energética e controle de emissão. Além disso, promover manutenção preventiva periódica, a fim de garantir a combustão ideal dos motores.

2. Geração de resíduos sólidos e líquidos

Possível impacto: O uso contínuo de máquinas pode gerar resíduos como óleo lubrificante usado, filtros, peças desgastadas, embalagens de combustíveis e outros descartes técnicos.

Medida mitigadora: Realizar o destino ambientalmente adequado desses resíduos, mediante descarte em local licenciado ou encaminhamento a empresas recicladoras. Manter contrato ou parceria com empresa especializada em coleta de resíduos perigosos (classe I) para descarte de óleos e graxas.

3. Poluição sonora

Possível impacto: O funcionamento de alguns equipamentos, como trituradores de galho, sopradores e roçadeiras, pode causar poluição sonora, especialmente em áreas residenciais.

Medida mitigadora: Priorizar a utilização em horários compatíveis com a legislação municipal de silêncio urbano, e sempre com uso de abafadores por parte dos operadores. Quando possível, optar por modelos elétricos ou a bateria, que emitem menor ruído.

4. Consumo excessivo de recursos naturais

Possível impacto: A operação de determinados equipamentos pode demandar elevado consumo de combustível fóssil, água (no caso das lavadoras de alta pressão) e energia elétrica.

Medida mitigadora: Adotar boas práticas de uso consciente dos recursos, com treinamentos específicos para os servidores. Priorizar, na aquisição, equipamentos com selo Procel ou Inmetro, que garantem maior eficiência no uso de energia ou água.

5. Risco de contaminação do solo e da água

Possível impacto: O armazenamento inadequado de combustíveis, óleos e lubrificantes pode causar infiltrações e contaminações de corpos d'água e lençóis freáticos.

Medida mitigadora: Garantir que todo armazenamento siga normas de segurança ambiental, com uso de bacias de contenção, galpões cobertos e ventilados, e tanques apropriados, conforme orientações da ABNT e órgãos ambientais competentes.

Embora os impactos ambientais previstos sejam de pequena escala e controláveis, a adoção de boas práticas de operação, armazenamento e descarte é essencial para garantir que a contratação seja ambientalmente responsável. A SEMOSP deverá adotar todas as medidas mitigadoras recomendadas,

compatibilizando a execução de suas atividades com os princípios da sustentabilidade e preservação ambiental, conforme exigido pela legislação e pelas boas práticas da Administração Pública.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO;

Diante da análise técnica realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados é a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

A contratação permitirá o fortalecimento da infraestrutura pública municipal, proporcionando melhor desempenho das equipes de trabalho envolvidas nas atividades de jardinagem, manutenção de pontes e pontilhões, calçadas, bueiros, bem como da oficina mecânica e borracharia, garantindo eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços.

Ressalta-se que foram observados os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade, legalidade e interesse público, com a devida justificativa técnica e econômica, análise do mercado fornecedor, estimativa de custos, definição da solução mais adequada e das medidas mitigadoras de impactos ambientais.

Por fim, recomenda-se a continuidade do processo com a elaboração do Termo de Referência e demais documentos necessários, visando a contratação de empresa(s) para o fornecimento dos itens especificados, respeitando a legislação vigente e assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

XIV. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas análises técnicas, operacionais, econômicas e ambientais desenvolvidas neste Estudo Técnico Preliminar, **declara-se viável** a contratação para aquisição de veículos, máquinas e equipamentos pesados destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) de Ji-Paraná.

A viabilidade técnica se comprova pela relação direta entre os bens a serem adquiridos e as atividades-fim da Secretaria, especialmente nas frentes de pavimentação, recuperação asfáltica, manutenção e ampliação da malha viária urbana e rural, drenagem, terraplanagem e transporte de insumos. Os quantitativos e especificações definidos refletem as necessidades reais do município, fundamentadas em dados de extensão da malha viária, histórico de obras e capacidade operacional atual.

Do ponto de vista econômico, a contratação apresenta coerência com a disponibilidade orçamentária e atende aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, previstos na Lei nº 14.133/2021. A adoção do Sistema de Registro de Preços garante flexibilidade nas aquisições, otimização de recursos, redução de custos administrativos e maior competitividade entre fornecedores.

Sob a perspectiva ambiental, foram identificados impactos potenciais compatíveis com a natureza das operações e plenamente mitigáveis por meio das medidas preventivas e corretivas apresentadas neste estudo, assegurando a conformidade com as legislações ambientais vigentes.

A contratação, portanto, revela-se adequada, necessária e vantajosa para o município, permitindo que a SEMOSP amplie sua capacidade de resposta, melhore a qualidade e a agilidade na execução de serviços essenciais e contribua para o desenvolvimento urbano e rural de Ji-Paraná, sempre pautada pelos princípios da legalidade, eficiência, transparência e interesse público.

APROVAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA:

Ji-Paraná/RO, data da assinatura.

Elaborado por:

Jeanne Ojopi Soares

Auxiliar Administrativo - SEMOSP

Aprovo e Homologo o presente Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o Decreto nº1384, de 11 de março de 2024.

VALQUÍRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos - Interina
[Decreto 2042 de 09/07/2025 \(ID 1878065\).](#)

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **JEANNE OJOPI SOARES, Auxiliar Administrativo**, em 19/12/2025 às 11:13, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 19/12/2025 às 12:00, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2289325** e o código verificador **6B8CC75D**.

Referência: [Processo nº 1-5550/2025](#).

Docto ID: 2289325 v1

ANEXO II

MODELO DE CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-5550/2025 – SEMOSP

OBJETO: Registro de Preços visando a Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Pesados (Veículo tipo caminhonete pick-up, trator agrícola de pneus, rolo compactador liso vibratório, pá-carregadeira, rolo compactador vibratório tipo duplo tandem, caminhão automotor trucado, prancha reboque 2 eixos, mini carregadeira sobre rodas, caminhão espargidor, escavadeira, caminhão, cavalo mecânico, caminhão munck e motoniveladora) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

Ao (À)

PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa **“PROPOSTA DE PREÇOS”** pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1	VEICULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP, novo, 0 km (zero quilômetro), na cor BRANCA; Cabine Dupla; 04 (quatro) portas, ano de fabricação 2024 ou superior; Carroceria em lâmina de aço medindo no mínimo 1450mm(C) x 1450mm (L) x 450mm (A) , com capacidade de carga útil mínima de 1.000Kg (um mil quilogramas), tração 4x2, 4x4 e 4x4 reduzida com acionamento eletrônico, Transmissão automática, Combustível diesel S 10, Motor com potência mínima de 170 CV com injeção eletrônica, mínimo 2.8 ou superior, Direção hidráulica, Ar condicionado original de fábrica e instalado pela montadora; Freios ABS, Sistema auxiliar EBD (distribuição eletrônica de força de frenagem) nas 4 rodas. VSC (Controle Eletrônico de Estabilidade), (Age no sentido de impedir que o motorista perca o controle do veículo em situações de risco, como curvas fechadas, desvios bruscos e pisos escorregadios, evitando acidentes. Ele é capaz de reduzir acidentes fatais em 43%, de acordo com um estudo feito entre 2004e 2006 pelo IIHS, instituto de segurança viária dos Estados Unidos. Um levantamento realizado em 2006 pela NHTSA, órgão federal que regulamenta o setor de transportes norte-americano, aponta que 83% dos comportamentos de SUVs foram evitados pelo dispositivo). A-TRC (Controle Eletrônico de Tração), (Controle de tração é um dispositivo que tem por	UN	2	309.666,67	619.333,34

	<p>objetivo aumentar a segurança no trânsito, pois impede as rodas motrizes de perder o contato com o solo ao reduzir a força enviada às rodas, principalmente em momentos de aceleração e curvas. Já a tração 4x4 faz necessária devido às condições das estradas do estado de Rondônia, as quais não são todas asfaltadas e apresentam condições de tráfego muito prejudicadas em período de chuva, faz-se necessária disponibilidade deste quesito no veículo). Com bloqueio do diferencial. Bloqueio do diferencial traseiro (com acionamento elétrico. Air Bags frontais (dois): um para motorista e um para passageiro, Air bags de cortina (dois), Air bags laterais (dois): um para motorista e um para passageiro dianteiro; Tanque de Combustível com capacidade mínima de 70 (setenta) litros; Retrovisores interno e laterais com acionamento interno; pneus e aro mil-limo 16, roda em liga leve; faróis de neblina; protetor de cárter em aço (peito de aço); Encosto de Cabeça nos bancos dianteiros e traseiros com capa de couro sintético; Acessórios obrigatórios, (cinto de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo); Display de áudio com tela de mínimo 7CM sensível ao toque, rádio com MP3, câmara de ré instalada com visualização na tela ou sensor, conexão Bluetooth com microfone localizado no console do teto, conexões USB e AUX, também compatíveis com iPod e iPhone; Volante com comandos integrados de telefone, áudio, vídeo e computador de bordo; antena no teto; Vidros elétricos nas quatro portas com fechamento automático dos vidros ao acionar o travamento das portas através da chave; Travas elétricas nas quatro portas instaladas direto de fábrica; Santo Antônio, com grade protetora do vidro traseiro, estribo laterais, jogo de tapete emborrachado dianteiro e traseiro; Protetor de caçamba, capota marítima, engate traseiro com instalação elétrica e alarme com sensor de presença; Película proteção solar dentro das normas do CONTRAN. Todos os itens instalados. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO</p>				
2	<p>TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, NOVO-ZERO HORA DE FUNCIONAMENTO/ZERO KM RODADOS, PREFERENCIALMENTE DE PROCEDENCIA NACIONAL, MODELO DO ANO DA AQUISIÇÃO, COM AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS A SEGUIR: EQUIPADO COM MOTOR DIESEL; MEDIDOR DE HORAS TRABALHADAS; POTENCIA MINIMA DE 90 CV; TRAÇÃO 4X4; EIXO TRASEIRO COM SISTEMA DE BLOQUEIO DO DIFERENCIAL; TOMADA DE POTENCIA INDEPENDENTE COM ACIONAMENTO INDEPENDENTE E HIDRAULICO; DIREÇÃO HIDROSTÁTICA; EMBREAGEM COM DISCO EM MATERIAL CERAMICO-METALICO PARA TRABALHO PESADO; TRANSMISSÃO COM 12 MARCHAS A FRENTE E 04 A RE; FREIOS A DISCOS EM BANHO DE ÓLEO COM ATUAÇÃO NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS;</p>	UND	2	311.308,33	622.616,66

	<p>SISTEMA HIDRAULICO TRASEIRO DE ENGATE A 3 PONTOS; BARRA DE TRAÇÃO AGRICOLA OSCILANTE; LUZES DE TRABALHO NOTURNO, DIANTE IRAS E TRASEIRAS; POSTO DO OPERADOR DOTADO DE CABINE F ECHADA COM AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FABRICA; CINTO DE SEGURANÇA E ARCO DE PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO (ROPS); DUAS VALVULAS DE DUPLA AÇÃO PARA CONTROLE DE MOTO DE IMPLEMENTOS; TODOS OS SEUS ITENS DE REPOSIÇÃO ; 01 manual de manutenção do equipamento. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO; insulfilm com 60% de transparência nos vidros da cabine. Deverá apresentar prospecto dos equipamentos cotados</p>				
3	<p>. ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATÓRIO, ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO PÉ DE CARNEIRO, de fabricação nacional, novo, ano de fabricação 2024 ou superior , gabinado com ar condicionado, ROPS/FOPS; motor Cummins QSB4.5, 4tempos, Tier 3/MAR-I turbo diesel, Injeção direta Refrigerado à água , o4 cilindros em linha a diesel turbo alimentado, potência 130hp; a 2.300 RPM; equipado com cilindro dianteiro tipo liso com capa e pata tipo de carneiro, tração no tambor dianteiro e eixo traseiro peso operacional de 12.000kgs; peso carga estático linear de 31kg/cm; velocidades de operação 0-5,8 – 0- 11.8 km/h; Rampa máxima de 45%, raio de giro de 6.800mm; sistema de articulação do chassis 38º; sistema de vibração, amplitude de 1.8/0.9mm, frequência de vibração 33/33 Hz; potência centrífuga alta de 305kn; impacto dinâmico de 38.522 kgf; potência centrífuga baixa de 152kn; impacto dinâmico de 22.910 kgf;; largura do tambor de 2.130mm, diâmetro do tambor de 1523mm, ângulo de oscilação 10º; Painel de instrumentos com as funções vitais do equipamento com: Horímetro; Tacômetro; Hodômetro; Voltímetro; Manutenção do motor; Alarme de pressão de óleo do motor baixa; Alarme de entupimento do filtro de ar; Indicação e pressão de óleo do moto r; Indicador de freio; Indicador da bateria; Alarme de desligamento do motor; indicador do nível de combustível; Indicador e alarme de temperatura da água; Alarme de marcha neutro; indicador e Alarme de temperatura de óleo hidráulico; Alarme de nível de combustível baixo; Alarme de diagnóstico do motor. revestimento do alarme sonoro de ré, Sistema elétrico de sinalização; Alarme e luzes de ré , Faróis de iluminação; Espelhos internos e externos; Ar condicionado cinto de segurança retrátil; Buzina; Giroflex; Extintor de incêndio. Assento ajustável com amortecimento bidirecional, apoio de braço e suspensão, Limpador de para-brisa; Rádio/MP3/USB, Plataforma montada sobre amortecedores; Pneus 23.1x16, sistema de transmissão hidrostático, dimensão</p>	UN	3	571.183,92	1.713.551,76

	para transportar 5.970 x 2.300, 2.130mm; provido com todos os itens acessórios e equipamentos obrigatórios conforme regulamentação do CONTRAN. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná RO. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO; insulfilm com 60% de transparência nos vidros da cabine. Deverá apresentar prospecto da máquina cotada.				
4	PÁ-CARREGADEIRA SOBRE RODAS; nova, preferencialmente de procedência nacional modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: motor a diesel; tração 4x4; turbo alimentado; injeção eletrônica. Potência mínima de 115HP; transmissão automática com quatro velocidades a frente e três a ré; medidor de horas trabalhadas. Freios a disco em banho de óleo ou a Ar; capacidade mínima de caçamba de 1,7m ³ ; cabine fechada(ROPS FOPS) com ar condicionado original de fábrica; alarme de deslocamento em marcha a ré; luzes de trabalho noturno, dianteiras e traseiras; peso operacional mínimo de 8.500Kg; pneus 17.5x25-16 lonas sem câmara com aros; Deverá apresentar os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa: 01 manual de operação do equipamento; 01 manual de serviço do acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição; 01 manual de manutenção do equipamento. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do equipamento em Ji-Paraná/RO. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no município de Ji-Paraná /RO. Equipamento adicionais: 02 esteques.	UND	3	557.650,00	1.672.950,00
5	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TIPO DUPLO TANDEM; Novo, zero hora, ano e modelo ano de fabricação 2024 ou superior. Fabricação Nacional. Dimensões: Peso operacional máximo de 10.500,00 kg rolo de vibração na frente e atrás. Reservatório borrifador de água de no mínimo 600 litros. Tanque de combustível de no mínimo 150 litros. Motor: mínimo de 4 cilindros, Potência igual ou superior 99 HP; Cabine: fechada e climatizada; Tipo Duplo-Tandem composto por 02 cilindros vibratórios com largura de compactação de no mínimo 1700, propulsão com acionamento hidrostático nos tambores compactadores; sistema vibratório com no mínimo 02 amplitudes; Conforto: assento do operador ergonômico, ajustável, com apoio para os braços e suspensão. Deverá ainda estar equipada com Rádio AM/FM e alarme sonoro de manobras de marcha ré. Pneus compatíveis com equipamento. Conter todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Garantia mínima de 12 meses, independentemente da quantidade de horas.	UN	3	707.166,67	2.121.500,01

6	VEICULO TIPO CAMINHÃO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE: Novo, preferencialmente de procedência, nacional, modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: cor branca; motor diesel turbo com injeção eletrônica; de 06 cilindros; potência mínima de 230cv; transmissão com caixa de machas com 08 marchas avante e 01 a ré; tração 6x4; direção hidráulica; PBT de 23.000Kg; tanque de combustível de 270 litros ; revestimento da cabine em material emborrachado; pneu sem câmara 275/80R22,5; com pistola de ar para limpeza na cabine e tapetes; barrica de água para lavagem das mãos.; cabine metálica com ar condicionado original de fábrica; baterias livres de manutenção; equipamento com caçamba para terra e rocha basculante de 12m3; com acionamento indireto tipo leque; Rádio AM/FM/CD/USB; Sistema de freio dianteiro e traseiro a ar comprimido , freio de estacionamento; + deverá atender todas as exigências do CONAMA com todos os equipamento obrigatórios e itens de produção exigidos por Lei e pelo código de Transito Brasileiro. Garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem para defeito de fabricação em seus componentes. O caminhão deverá conter todos os itens exigidos pelo CONTRAN, os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos: 01(um) manual de operação do equipamento; 01 (um) manual de serviço do equipamento; 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição; 01 (um) manual de manutenção do equipamento. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do veículo em Ji-Paraná/RO. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO. O veículo deverá ser entregue com o certificado de Registro e Licenciamento (CRL/CRLV) e emplacado em favor do Município de Ji-Paraná/RO. Insulfilme com 60% de transparência nos vidros da cabine. Equipamentos adicionais: 02 estepes sobressalentes com rodas e pneus conforme aos padrões do caminhão, sendo 1 dianteiro e 1 traseiro	UND	7	730.333,33	5.112.333,31
COTA DE 25% DO ITEM 06 – RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA - ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS					
7	VEICULO TIPO CAMINHÃO AUTOMOTOR TRUCADO BASCULANTE: Novo, preferencialmente de procedência, nacional, modelo do ano da compra com as especificações mínimas a seguir: cor branca; motor diesel turbo com injeção eletrônica; de 06 cilindros; potência mínima de 230cv; transmissão com caixa de machas com 08 marchas avante e 01 a ré; tração 6x4; direção hidráulica; PBT de 23.000Kg; tanque de combustível de 270 litros ; revestimento da cabine em material emborrachado; pneu sem câmara 275/80R22,5; com pistola de ar para limpeza na cabine e tapetes; barrica de água para lavagem das mãos.; cabine metálica com ar condicionado original de fábrica; baterias livres de manutenção; equipamento com caçamba para terra e rocha		2	730.333,33	1.460.666,66

	<p>basculante de 12m3; com acionamento indireto tipo leque; Rádio AM/FM/CD/USB; Sistema de freio dianteiro e traseiro a ar comprimido , freio de estacionamento; + deverá atender todas as exigências do CONAMA com todos os equipamento obrigatórios e itens de produção exigidos por Lei e pelo código de Transito Brasileiro. Garantia mínima de 12 meses sem limite de quilometragem para defeito de fabricação em seus componentes. O caminhão deverá conter todos os itens exigidos pelo CONTRAN, os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos: 01(um) manual de operação do equipamento; 01 (um) manual de serviço do equipamento; 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição; 01 (um) manual de manutenção do equipamento. No valor da proposta deverá estar incluso todos os custos para a entrega do veículo em Ji-Paraná/RO. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO. O veículo deverá ser entregue com o certificado de Registro e Licenciamento (CRL/CRLV) e emplacado em favor do Município de Ji-Paraná/RO. Insulfilm com 60% de transparência nos vidros da cabine. Equipamentos adicionais: 02 estepes sobressalentes com rodas e pneus conforme aos padrões do caminhão, sendo 1 dianteiro e 1 traseiro</p>				
ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
8	<p>PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS PRANCHA REBOQUE 2 EIXOS: Capacidade Mínima 27 toneladas; Dimensões Comprimento: 12.650mm, Largura: 3.020 mm Chassi, Longarinas em aço 5/8" estrutura perfil " e ". Travessas em aço 1/4" perfil " e "; transpassando a alma das vigas do chassi, soldada pelo sistema MAG. Contorno lateral em aço 5/16" perfil " e "; soldado nas pontas das travessas passantes. Pescoço para engate em caminhão trator (cavalo) 6x4, 6x2 e 4x2. Pino rei: Ø 2", flangeado, conforme norma ABNT. Para-choque traseiro conforme normas DENATRAN. Plataforma de Carga: Estrutura reta com assoalho em piso de madeira maciça com espessura de 60 mm, parafusado nas travessas passantes, Para-lamas em aço 1/4" (chapa lisa) com cantoneiras de 1/4" soldadas para maior reforço e maior apoio no transporte da carga, Traseira inclinada antiderrapante, que em conjunto com a rampa facilita a carga e descarga, Argolas para amarração da carga. Suspensão: Conjugada em sistema balancim com feixes de molas semielípticas, em conjuntos iguais compostos por 11 lâminas, Suspensão rebaixada com a colocação dos eixos sobre os molejos, aumentando a resistência da estrutura e melhorando a estabilidade do equipamento, Pino de balança 50mm tratamento térmico, proporcionam maior durabilidade ao conjunto da balança, Braços tensores com bucha silenciosa que garantem um perfeito alinhamento dos eixos e a distribuição uniforme do</p>	UN	3	207.375,40	622.126,20

	<p>peso. Lubrificação necessária, somente nos pinos das balanças. Eixo e Rodante: Tubulares quadrados, tratados termicamente, produzidos com aço de elevada resistência. Montado com rolamentos iguais de rolo cônicos (32218), que facilitam a centragem dos cubos e absorvem grandes impactos. Freios: A ar comprimido com lonas cônicas de 16,5" x 8", no sistema, tubeless. Duas linhas de alimentação, serviço e emergência, que garantem a segurança do sistema. Complementados com freio de estacionamento "Spring Break", conforme resolução 777-CONTRAN. Acessórios inclusos: Caixa de ferramentas e porta estepe no pescoço, Faixas refletivas conforme Resolução 128 do CONTRAN; Protetores laterais conforme Resolução 323/09 do CONTRAN, Sistema elétrico, lanternas e faixas refletivas conforme normas CNT, 9 Rodas aro 8,25 x 22,50 para pneus sem câmara 295/80, 9 Pneus 295/80. Pintura: Limpeza com desengraxante químico, Base: Primer anticorrosivo, Acabamento: Pintura na cor indicada em esmalte sintético. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças dispo níveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO</p>				
9	<p>MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS: Nova, preferencialmente de procedência nacional, modelo ano de fabricação: corrente ou posterior; com as especificações mínimas a seguir: com no mínimo (02) velocidades; motor a diesel; potência mínima de 59HP; cabine fechada (ROPS/FOPS) com ar condicionado original de fábrica ; medidor de horas trabalhadas; comandos por alavanca tipo joystick; sistema automático de flutuação de concha; sistema eletrônico para gerenciamento de acessórios; engate rápido; capacidade de elevação da caçamba de no mínimo 2.700 mm; caçamba frontal de capacidade mínima de 0,70m3 ; peso operacional mínimo de 2700Kg; alarme de ré; buzina ; luzes de trabalho noturno, dianteiras e traseiras; Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas; ; Equipamento adicionais: 02 esteques sobressalentes com rodas e pneus conforme os padrões da máquina ; equipada com os seguintes implementos compatíveis com a máquina: Lamina frontal de no mínimo 1,20m de comprimento; betoneira com velocidade de rotação (bi-rotacional) de 20 rpm, capacidade mínima de 0,27m3 ; garfo para pallet com comprimento útil de 45 polegadas; vassoura recolhadora de comprimento mínimo de 60 polegadas; capacidade de caçamba de vassoura mínima de 0,3m3 ; vassoura rotativa lateral mínima de 22 polegadas; cerdas mistas de aço e polipropileno; Fresadora para asfalto, largura de trabalho 24 polegadas, profundidade de operação até 6 polegadas, opera com alto fluxo hidráulico, inclinação 15º, deslocamento lateral 24 polegadas, compatível com o sistema hidráulico da mini carregadeira, insulfilm e com 60% de transparência nos vidros da cabine. Equipamento com todos os acessórios apropriados para</p>	UN	2	647.666,67	1.295.333,34

	encaixe dos implementos. Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos: 01 (um) manual de operação do equipamento; 01 (um) manual de serviço do equipamento; 01 (um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição; 01 (um) manual de manutenção do equipamento. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO				
10	CAMINHAO ESPARGIDOR De viga U laminada de 150 mm, Tampão dianteiro, tampão traseiro e quebra onda rebordeados e embutido com sol da MIG externa e interna nas duas extremidades, Tanque com capacidade de 6.000 litros, Chassi e plataforma construído em viga U de 8" e 6" polegadas, Plataforma traseira em chapa antiderrapante com ampla área para operação do equipamento. Revestimento térmico em inox com lã de vidro de 50 mm de espessura. Bomba de asfalto de engrenagens de 3" polegadas para alta pressão, Acionamento da bomba através do motor hidráulico, comando e bomba, Barra espargidora com estabilizador articulado, mangotes de 2" polegadas com trama de aço para alta pressão, articulações laterais para transporte, 36 (trinta e seis) registros resistentes a alta temperatura de fácil manutenção, 36 (trinta e seis) bicos calibrados, estabilizador lateral com regulagem de altura, correntes estabilizadoras para aplicação, correntes laterais para transporte e marteletes laterais de fácil engate de desengate, Termômetro de medição do tanque de 200º, Caneta manual com mangueira de 7 (sete) metros com bico espargidor calibrado de alta pressão, Sistema de válvula de alívio de pressão da bomba de asfalto para segurança da tubulação e operador Filtro de asfalto para proteção da bomba de engrenagem, Sistema de tubulação, bomba e motor com 7 (sete) opções abaixo descritas: Carregar; Descarregar; Banho da caneta; Banho da barra; Circular somente pela bomba; Circular pela barra. O sistema de tubulação e bomba, permite transferir produto de um reservatório para outro sem utilizar o tanque do equipamento, Aquecimentos através de dois Maçaricos Jato Direto, com reservatório de óleo em formato cilíndrico para 100 (cem) litros com manômetro e serpentina dupla em aço carbono 5" polegadas, Bandeja de escoamento do óleo diesel do maçarico para prevenir incêndio, Sistema de limpeza da bomba, tubulação, registros e bicos da barra Espargidora provido pelo reservatório de óleo diesel dos maçaricos, Quinta roda completa acionada pelo operador na plataforma traseira e visor de velocidade na cabine do caminhão, Protetor lateral para ciclista, conforme resolução vigente, Sistema que impede de transbordar e escorrer produto pela boca de visita, Chaminés com tampa articulada para proteção contra chuva e tampa lateral para limpeza interna da serpentina, Plataforma superior com corrimão e	UN	3	716.666,67	2.150.000,01

	chapa antiderrapante, Escada de acesso na plataforma traseira para plataforma superior Bandeja para proteção de possível vazamento do eixo da bomba, Alças para fixação de mangueira e caneta, Equipamento fixado no chassi com parafusos de aço e travas de alta resistência, Batentes laterais para evitar deslizamento do equipamento Paralamas modelo carreta de fácil troca com lameiros removíveis, Extintor contra incêndio com base na plataforma traseira, Regulagem do maçarico de fácil acesso, Boca de visita com suspiro, Sistema hidráulico acionado por tomada de força com 1 (um) comando triplo (3 alavancas) 1 (um) radiador hidráulico, 1 motor, 1 (um) bomba, 1 (um) reservatório de óleo hidráulico com filtro interno, visor de nível, bocal de abastecimento e válvula de saída do óleo para futuras manutenções sem necessitar esgotar óleo, Levantamento da barra hidráulica através de alavanca e pistão (localizado no comando central do operador), Abertura hidráulica dos bicos através de alavanca e pistão (localizado no comando central do operador), Acionamento hidráulico do motor/bomba através de alavanca (localizado no comando central do operador), Comando hidráulico central de fácil acesso e visão de aplicação com banco CBT para maior desempenho e comodidade do operador, Radiador hidráulico acionado a través de ignição (localizado no comando central do operador), Chapa traseira de proteção antirrespingo do operador. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO.				
11	ESCAVADEIRA HIDRAULICA com potência bruta de 181 HP, nova, ano de fabricação: corrente ou posterior; motor à diesel, que atenda às exigências mar 1 /tier iii, turbo alimentado, peso operacional mínimo de 22.100kg, motor hidráulico com duas bombas, pistões axiais de deslocamento variável, motor de giro com pistões axiais, redutor de giro por engrenagem planetária, largura total máxima de 3.090mm , caçamba de 1,2m³, cabine fechada com condicionado, catálogo de peças, chaves básicas de manutenção incluso. Com Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas. Assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do estado de Rondônia. Assistência técnica autorizada a ser prestada no Município de Ji-Paraná/RO.	UN	2	925.000,00	1.850.000,00
12	VEICULO TIPO CAMINHAO MUNCK COM PLATAFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO Veículo tipo caminhão munck com plataforma fixa com rampa de acesso, com as seguintes especificações mínimas: 0 km (zero quilômetro) ano de fabricação 2024 ou superior , com branca, ar- condicionado, vidros elétricos, farol de neblina, rádio com CD/MP3 e RMS, tração 8x4, possuindo o número de seis cilindros, tanque de combustível de 300 litros, transmissão automatizada ou automática, com potência líquida de 270 CV, com pistola de	UN	2	985.500,00	1.971.000,00

	<p>ar para limpeza na cabine, direção hidráulica, freio de serviço a ar comprimido, PBT de 29.000kg, baterias livres de manutenção, com todos os equipamentos obrigatórios pelo CO NTRAN. EQUIPADO COM PLATAFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO, nova, com acionamento hidráulico com capacidade de 15 toneladas, carga distribuída em 02 pontos, comprimento 8,00 m por 3,00 m (livre) de largura, 02 patolas hidráulicas traseiras, longarinas de plataforma em vigas reforçadas externamente, tomada de força com acionamento eletropneumático com controle no painel do veículo. Acompanhando os seguintes acessórios: 08 cintas para fixação do veículo transportado, estro boscópio na frente e traseira, redutor hidráulico acionado por controle remoto a cabo com capacidade de tração de 19 toneladas, dispositivo para liberação do cabo de aço de 25 metros de comprimento com gancho, roldana para tracionamento em desvio, caixa de ferramentas, acionamento do comando hidráulico dos lados da plataforma, cinta de resgate 02 ganchos, corote de água, 04 cones, farol de manejo, válvula de segurança de contrabalanço, reservatório de óleo com visor e nível, 04 cunhas para automóveis e 02 para caminhões, parabarros em ABS, faixas refletivas (aprovadas pelo DENATRAN) e GUINDASTE HIDRÁULICO TIPO MUNCK, com as características mínimas a seguir: momento de carga útil: 30.000 (kgf), alcance mínimo horizontal: 17 m, alcance mínimo vertical: 20 m, sapata estabilizadoras hidráulicas: 4, ângulo de giro 360º, peso aproximado do guindaste máximo: 3.200 kgf, espaço ocupado atrás da cabine mínimo: 0,9 m, pressão de trabalho: 210 bar, lança telescópica: 04 (quatro) hidráulicas, 03 (três) lanças manuais, acionamento com tomada de comando bomba hidráulica conjugada, espaço para a montagem 0,9 m, pressão de trabalho 210 bar. Garantia mínima de 12 (doze) meses sem limite de quilometragem, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia.</p>				
13	<p>CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO: COM AS SEGUINTEs CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO: com as seguintes características; novo, zero quilômetros, preferencialmente de fabricação nacional, com ano/modelo de fabricação equivalente ao ano da aquisição, equipado com ar condicionado; com, no mínimo, PBT de 74.000 kg e CMT de 125.000; com as seguintes especificações do motor: potência líquida mínima de 475 cv (ou 350 kW) e de, no mínimo, 06 cilindros, rotação mínima de 1800 rpm, sistema de injeção common rail; com transmissão de acionamento automático (ou automatizado), com, no mínimo, 12 marchas à frente e 2 marchas à ré e com tração 6x4, com alarme sonoro na marcha a ré e 2 baterias de 12 V; combustível diesel S-10, tanque de combustível com capacidade mínima de 630 litros e tanque Arla 32 com capacidade mínima de 100 litros; com as seguintes dimensões mínimas: distância entre eixos 3.200 mm, distância da quinta roda ao eixo traseiro anterior de 325 mm, comprimento total de 6.938</p>	UND	1	1.083.753,33	1.083.753,33

	mm, largura entre longarinas (externas) de 781 mm, ângulo de saída de 39°; com tecnologia de emissões EGR + SCR com base na Norma PRECONVE P-8; veículo devidamente emplacado junto ao Detran-RO, com equipamentos obrigatórios dentro das normas de segurança exigidas pelo código nacional de trânsito brasileiro e normas do DENATRAN; equipado com horímetro.				
14	<p>MOTONIVELADORA</p> <p>Motoniveladora nova, Cabine fechada posicionada no chassi traseiro, ar condicionado, monitoramento eletrônico de códigos de falha e indicadores de capacidades, Turbo Diesel de potência variável, 6 cilindro injeção direta de gerenciamento eletrônico, com potência variável líquida 178/190/205 Hp, Torque líquido (Nm) 743/788/832 a 1.500 Rpm Transmissão: Powershift com conversor de torque equipado com lock-up. Controle eletrônico com 6 velocidades à frente e 3 à ré. Proteção contra reversão de sentido, sobre velocidade e redução de marchas. Monitoramento eletrônico de falhas e sistema auxiliar de deslocamento, Eixos Dimensionados para aplicações severas, Freios multidisks em banho de óleo com freio de estacionamento independente. Sistema hidráulico: Bomba hidráulica de fluxo variável, Lâmina central com facas e bordas cortantes substituíveis, controle hidráulico do deslocamento angular e lateral. Ângulo máximo de talude: 90°, profundidade de corte (mm): 711, largura de corte (mm): 3.962, Ripper traseiro com 3 dentes e escarificador com 5 dentes. Peso operacional de até 18.500.</p> <p>Motoniveladora nova, Cabine fechada posicionada no chassi traseiro, ar condicionado, monitoramento eletrônico de códigos de falha e indicadores de capacidades, Turbo Diesel de potência variável, 6 cilindro injeção direta de gerenciamento eletrônico, com potência variável líquida 178/190/205Hp, Torque líquido (Nm) 743/788/832 a 1.500 Rpm Transmissão: Powershift com conversor de torque equipado com lock-up. Controle eletrônico com 6 velocidades à frente e 3 à ré. Proteção contra reversão de sentido, sobre velocidade e redução de marchas. Monitoramento eletrônico de falhas e sistema auxiliar de deslocamento, Eixos Dimensionados para aplicações severas, Freios multidisks em banho de óleo com freio de estacionamento independente. Sistema hidráulico: Bomba hidráulica de fluxo variável, Lâmina central com facas e bordas cortantes substituíveis, controle hidráulico do deslocamento angular e lateral. Ângulo máximo de talude: 90°, profundidade de corte (mm): 711, largura de corte (mm): 3.962, Ripper traseiro com 3 dentes e escarificador com 5 dentes. Peso operacional de até 18.500.</p>	UND	2	927.784,64	1.855.569,28
TOTAL ESTIMADO DOS ITENS R\$ 24.150.733,90 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e trinta e três reais e noventa centavos)					

Observações:

- Os itens **1 a 6 e 8 a 14** são destinados à AMPLA PARTICIPAÇÃO.
- O item **7** é COTA de até 25% reservada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP.
- O ITEM 7 está como aberto no sistema ComprasGov para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.
- *Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.*

Local/ Entrega/Execução/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESENTA) DIAS** (mínimo), a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.....

Banco.....

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em



- parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
 - d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
 - f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
 - g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
 - h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
 - i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
 - j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
 - k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua **substituição** por balancetes ou balanços provisórios.
 - 3.2.1. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.2. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.3. Índices Econômico-Financeiros Mínimos:

Serão aceitas como em boa situação financeira as empresas que apresentarem os seguintes índices **superiores a 1 (>1)**:

Liquidez Geral (LG): $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$

Liquidez Corrente (LC): $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Solvência Geral (SG): $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$

3.2.4. Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo: Caso qualquer um dos índices exigidos esteja igual ou inferior a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.5. O microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, **compreendendo:**

4.2.1. Veículos, máquinas e/ou equipamentos pesados;

4.2.2. Em quantitativos semelhantes;

4.2.3. Dentro de prazos e condições análogas.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. Declaração formal de que os equipamentos e veículos ofertados possuem assistência técnica autorizada no território nacional, preferencialmente no estado ou município contratante.

4.5. Declaração formal de Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, a contar do recebimento definitivo, cobrindo falhas de fabricação ou funcionamento.

1.1. Fornecer Catálogos técnicos, manuais ou folhetos contendo as especificações completas dos equipamentos ofertados, em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

2. OUTRAS COMPROVAÇÕES

2.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO III – B

MODELO DE DECLARAÇÃO - SUSTENTABILIDADE

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE** estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e definidos no Termo de Referência e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Assume o compromisso de minimizar os impactos ambientais de suas atividades, buscando a eficiência no uso de recursos naturais, a redução de resíduos e a prevenção da poluição.
- b) Busca constantemente a inovação e a melhoria contínua de seus processos e produtos, visando a oferta de soluções mais sustentáveis e eficientes.
- c) Possui um sistema de gestão de resíduos que garante a destinação adequada de seus resíduos, buscando a reciclagem e a reutilização sempre que possível.
- d) Assume a responsabilidade pela logística reversa dos produtos fornecidos, garantindo a sua destinação final adequada, de acordo com a legislação vigente.
- e) Afirma estar em conformidade com todas as leis e normas aplicáveis à sua área de atuação, incluindo as relacionadas à proteção do meio ambiente, segurança e saúde no trabalho, e direitos humanos.
- f) Declara que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras e que assume total responsabilidade por sua veracidade, estando ciente das implicações legais em caso de falsidade.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

Docto ID: 2044611 v1

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

- 1.24.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26.** A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio

oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às ____ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidade e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução

descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços,

observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total